

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	50

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	344.444
Preferenciais	0
Total	344.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/04/2014	Dividendo	08/05/2014	Ordinária		0,35881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.391.268	3.064.518
1.01	Ativo Circulante	107.954	263.186
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.906	185.442
1.01.03	Contas a Receber	87.653	60.227
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.653	60.227
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	87.653	60.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.417	59
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	978	17.458
1.01.08.03	Outros	978	17.458
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	14.632
1.01.08.03.03	Outros Créditos	978	2.826
1.02	Ativo Não Circulante	3.283.314	2.801.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.121.280	806.660
1.02.01.03	Contas a Receber	93	302
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	93	302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.102.319	787.826
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.102.319	787.826
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.868	18.532
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	4.954	4.806
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	13.914	13.726
1.02.02	Investimentos	2.148.165	1.988.918
1.02.02.01	Participações Societárias	2.148.165	1.988.918
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.148.165	1.988.918
1.02.03	Imobilizado	9.050	5.095
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.050	5.095
1.02.04	Intangível	4.819	659
1.02.04.01	Intangíveis	4.819	659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.391.268	3.064.518
2.01	Passivo Circulante	102.621	102.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.200	11.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.200	11.530
2.01.02	Fornecedores	636	1.003
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	636	1.003
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.367	2.709
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.367	0
2.01.05	Outras Obrigações	88.418	87.406
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	83.098	60.876
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	82.322	60.675
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	776	201
2.01.05.02	Outros	5.320	26.530
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	22.183
2.01.05.02.05	Outros	5.320	4.347
2.02	Passivo Não Circulante	1.273.768	1.033.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	216.665	205.022
2.02.01.02	Debêntures	216.665	205.022
2.02.02	Outras Obrigações	1.057.103	828.645
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.057.034	828.577
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.057.034	828.577
2.02.02.02	Outros	69	68
2.02.02.02.03	Fornecedores	69	68
2.03	Patrimônio Líquido	2.014.879	1.928.203
2.03.01	Capital Social Realizado	873.822	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.163.328	1.178.057
2.03.04.01	Reserva Legal	101.425	80.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.061.903	1.097.981
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	96.094	197.101	109.057	200.964
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	3.722	-7.329	-6.320	-14.250
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	4.255	-2.872	-3.078	-8.164
3.04.02.02	Remuneração da Administração	346	-2.862	-2.619	-4.867
3.04.02.03	Tributária	-879	-1.595	-623	-1.219
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.827	7.224	314	5.370
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	90.545	197.206	115.063	209.844
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.094	197.101	109.057	200.964
3.06	Resultado Financeiro	-5.367	-7.879	-5.707	-8.470
3.06.01	Receitas Financeiras	32.611	60.803	13.836	24.577
3.06.01.01	Receitas Financeiras	32.621	60.821	13.836	24.577
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	-10	-18	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.978	-68.682	-19.543	-33.047
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-37.978	-68.682	-19.543	-33.047
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	90.727	189.222	103.350	192.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.141	-1.141	0	0
3.08.01	Corrente	-1.141	-1.141	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	89.586	188.081	103.350	192.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	89.586	188.081	103.350	192.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,26010	0,54600	0,30000	0,55890

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	188.081	286.576	103.350	192.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	188.081	286.576	103.350	192.494

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	363	-14.808
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-187.582	-204.622
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	1.025	616
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	84	44
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	8.515	4.664
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-197.206	-209.844
6.01.01.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	0	-102
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-136	-2.680
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	150	2.120
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-1.358	-322
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-1.339	-3.854
6.01.02.05	Outros créditos	1.853	-585
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-148	-102
6.01.02.07	Outras Contas	0	114
6.01.02.08	Fornecedores	-367	169
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-2.330	-922
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	1.658	668
6.01.02.11	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	680	12
6.01.02.12	Cauções Contratuais	197	-59
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	868	81
6.01.03	Outros	188.081	192.494
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	188.081	192.494
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	45.689	-5.498
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-4.924	-44
6.02.02	Adições ao Intangível	-4.299	0
6.02.04	Aumento capital em controladas	-165.000	-95.000
6.02.07	Recebimento de Juros Sobre Capital Próprio	9.235	7.814
6.02.08	Recebimento de Dividendos	210.677	81.732
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-213.588	27.439
6.03.01	Captações	0	290.000
6.03.02	Empréstimos Empresas Ligadas	-90.000	-150.000
6.03.03	Pagamentos de Dividendos	-123.588	-112.561
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-167.536	7.133
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	185.442	11.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.906	18.552

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.054.381	0	0	1.826.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.054.381	0	0	1.826.798
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	0	0	0	101.405
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	0	0	0	101.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-101.405	188.081	0	86.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.081	0	188.081
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-101.405	0	0	-101.405
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	0	0	0	-101.405
5.05.02.09	Dividendos Propostos	0	0	-101.405	0	0	0
5.07	Saldos Finais	873.822	0	952.976	188.081	0	2.014.879

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	192.494	0	192.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	192.494	0	192.494
5.07	Saldos Finais	772.417	0	830.221	192.494	0	1.795.132

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.04	Retenções	-1.025	-616
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.025	-616
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.025	-616
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	264.534	239.790
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	197.206	209.844
7.06.02	Receitas Financeiras	60.818	24.577
7.06.03	Outros	6.510	5.369
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	2.384	1.955
7.06.03.02	Outros	4.126	3.414
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	263.509	239.174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	263.509	239.174
7.08.01	Pessoal	1.269	3.865
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.069	3.120
7.08.01.02	Benefícios	113	400
7.08.01.03	F.G.T.S.	87	345
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.286	6.617
7.08.02.01	Federais	6.274	6.558
7.08.02.02	Estaduais	11	31
7.08.02.03	Municipais	1	28
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.809	36.198
7.08.03.01	Juros	11.654	27.598
7.08.03.02	Aluguéis	7	626
7.08.03.03	Outras	3.148	7.974
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	241.145	192.494
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	53.064	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	188.081	192.494

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	8.294.268	7.369.011
1.01	Ativo Circulante	1.346.141	1.147.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.105.266	929.911
1.01.02	Aplicações Financeiras	61.148	47.383
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	61.148	47.383
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	61.148	47.383
1.01.03	Contas a Receber	126.125	126.709
1.01.03.01	Clientes	126.125	126.709
1.01.04	Estoques	9.598	7.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.343	19.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.009	10.411
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.652	5.691
1.01.08.03	Outros	7.652	5.691
1.01.08.03.03	Outros Créditos	7.652	5.691
1.02	Ativo Não Circulante	6.948.127	6.221.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	324.293	270.380
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74.221	63.604
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	74.221	63.604
1.02.01.03	Contas a Receber	349	548
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	349	548
1.02.01.06	Tributos Diferidos	188.532	172.108
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.532	172.108
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	12	22
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	61.179	34.098
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	47.265	20.372
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	13.914	13.726
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	52.142	46.377
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52.142	46.377
1.02.04	Intangível	6.570.639	5.903.469
1.02.04.01	Intangíveis	6.570.639	5.903.469

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	8.294.268	7.369.011
2.01	Passivo Circulante	1.174.759	900.491
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.248	79.899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	76.248	79.899
2.01.02	Fornecedores	150.772	122.115
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	150.772	122.115
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.608	82.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	512.211	288.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	176.778	142.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	176.778	142.989
2.01.04.02	Debêntures	335.433	145.493
2.01.05	Outras Obrigações	179.207	187.784
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	155	154
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	155	154
2.01.05.02	Outros	179.052	187.630
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	22.183
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	53.708	44.847
2.01.05.02.05	Outros	51.596	50.301
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	73.748	70.299
2.01.06	Provisões	179.713	139.532
2.01.06.02	Outras Provisões	179.713	139.532
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	95.095	71.043
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	84.618	68.489
2.02	Passivo Não Circulante	5.148.533	4.588.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.394.444	3.836.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.429.772	2.148.990
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.429.772	2.148.990
2.02.01.02	Debêntures	1.964.672	1.687.256
2.02.02	Outras Obrigações	193.432	220.042
2.02.02.02	Outros	193.432	220.042
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	192.068	216.540
2.02.02.02.04	Receita Diferida	1.152	427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	74	2.785
2.02.02.02.06	Fornecedores	138	290
2.02.03	Tributos Diferidos	78.214	76.326
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.214	76.326
2.02.04	Provisões	482.443	456.333
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.173	11.787
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	22.173	11.787
2.02.04.02	Outras Provisões	460.270	444.546
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	431.141	401.395
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	29.129	43.151
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.970.976	1.879.573
2.03.01	Capital Social Realizado	873.822	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.119.425	1.129.427
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	945.794	1.850.854	795.371	1.533.492
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-681.511	-1.298.134	-525.973	-1.007.257
3.03	Resultado Bruto	264.283	552.720	269.398	526.235
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.636	-95.498	-46.765	-90.377
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.994	-102.772	-46.765	-90.377
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-41.862	-91.381	-42.259	-85.978
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-4.066	-9.317	-4.953	-9.371
3.04.02.03	Tributárias	-1.066	-2.074	-700	-1.509
3.04.02.05	Outras Receitas Operacionais	0	0	1.147	6.481
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.358	7.274	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	218.647	457.222	222.633	435.858
3.06	Resultado Financeiro	-81.913	-165.665	-64.567	-134.868
3.06.01	Receitas Financeiras	29.995	54.038	10.253	22.878
3.06.01.01	Receitas Financeiras	29.995	54.038	10.253	22.878
3.06.02	Despesas Financeiras	-111.908	-219.703	-74.820	-157.746
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-112.158	-219.947	-74.829	-157.741
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	250	244	9	-5
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	136.734	291.557	158.066	300.990
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.785	-98.749	-51.134	-101.334
3.08.01	Corrente	-56.669	-113.285	-53.328	-101.811
3.08.02	Diferido	11.884	14.536	2.194	477
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	91.949	192.808	106.932	199.656
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	91.949	192.808	106.932	199.656
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	91.949	192.808	106.932	119.794
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	0	79.862
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,26700	0,55980	0,31040	0,57960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	91.950	192.808	106.932	199.656
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	91.950	192.808	106.932	199.656
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	91.950	192.808	106.932	199.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	455.032	456.940
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	404.417	350.781
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	158.540	133.766
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	6.811	1.113
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-14.536	-477
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros Sobre Credores Pela Concessão	13.509	12.184
6.01.01.05	Receita com Aplicações Vinculadas	-6.087	-3.767
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	56.700	57.562
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	121.598	63.268
6.01.01.08	Despesas Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	16.581	12.773
6.01.01.09	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	11.308	3.208
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão Manutenção	39.993	71.151
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-136.025	-83.163
6.01.02.01	Contas a Receber	584	-11.720
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-5	89
6.01.02.03	Estoques	-1.936	-399
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.588	1.962
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1.940	-820
6.01.02.06	Outros Créditos	-1.956	-1.992
6.01.02.07	Cauções Contratuais	217	261
6.01.02.08	Depositos Judiciais	-26.893	-5.335
6.01.02.09	Outras Contas a Receber	-18	8
6.01.02.10	Fornecedores	-14.868	-952
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	107	1
6.01.02.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	5.581	0
6.01.02.13	Obrigações Sociais	-3.651	3.229
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	93.603	90.394
6.01.02.15	Receita Diferida	725	0
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	5.144	9.187
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-99.328	-90.781
6.01.02.18	Credores Pela Concessão	-2.752	56
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-922	-1.832
6.01.02.20	Pagamento de Juros - Federais	-84.129	-74.519
6.01.03	Outros	186.640	189.322
6.01.03.02	Lucro Líquido do Período	192.808	199.656
6.01.03.03	Adiantamento de Seguros	-6.168	-10.334
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-783.556	-518.724
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-19.211	-7.665
6.02.02	Adições ao Intangível	-745.424	-531.897
6.02.04	Aplicação Financeira Vinculada	-90.820	-173.093
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	71.899	193.931
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	503.879	-299.610
6.03.01	Captações	381.183	127.796
6.03.02	Pagamentos	-65.099	-48.342

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03.03	Pagamento de Juros	-589	-1.005
6.03.04	Pagamento de Debêntures Principal	-129.403	-168.561
6.03.05	Pagamento de Debêntures Juros	-74.913	-64.519
6.03.06	Pagamento de Credores pela Concessão	-34.434	-32.419
6.03.07	Emissão de Debêntures	550.722	0
6.03.08	Pagamento de Dividendos	-123.588	-112.560
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	175.355	-361.394
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	929.911	681.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.105.266	320.043

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	-202.810	0	0	-101.405	0	-101.405
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	-101.405	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-101.405	0	0	-101.405	0	-101.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	192.808	0	192.808	0	192.808
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	192.808	0	192.808	0	192.808
5.07	Saldos Finais	873.822	0	904.346	192.808	0	1.970.976	0	1.970.976

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	199.656	0	199.656	0	199.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	199.656	0	199.656	0	199.656
5.07	Saldos Finais	772.417	0	742.221	199.656	0	1.714.294	0	1.714.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.953.305	1.639.480
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.156.669	1.094.990
7.01.02	Outras Receitas	796.636	544.490
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	785.310	524.624
7.01.02.02	Outros	11.326	19.866
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.127.612	-797.674
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-76.473	-59.415
7.02.04	Outros	-1.051.139	-738.259
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-123.706	-118.938
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-785.310	-524.624
7.02.04.03	Custo de Concessão	-57.288	-61.571
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-75.503	-103.764
7.02.04.05	Outros	-9.332	70.638
7.03	Valor Adicionado Bruto	825.693	841.806
7.04	Retenções	-158.540	-133.766
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.540	-133.766
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	667.153	708.040
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.183	44.094
7.06.02	Receitas Financeiras	52.822	22.878
7.06.03	Outros	35.361	21.216
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	2.384	1.955
7.06.03.02	Juros Capitalizados	28.350	15.790
7.06.03.03	Outros	4.627	3.471
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	755.336	752.134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	755.336	752.134
7.08.01	Pessoal	100.287	146.169
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.009	106.532
7.08.01.02	Benefícios	19.876	31.162
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.402	8.475
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.774	236.880
7.08.02.01	Federais	161.008	172.849
7.08.02.02	Estaduais	247	267
7.08.02.03	Municipais	58.519	63.764
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	237.487	169.429
7.08.03.01	Juros	185.448	102.400
7.08.03.02	Aluguéis	5.220	9.630
7.08.03.03	Outras	46.819	57.399
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	28.350	28.601
7.08.03.03.02	Outras	18.469	28.798
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	192.808	199.656
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	192.808	199.656
7.08.05	Outros	4.980	0
7.08.05.01	Integralização de capital	4.980	0

2014

Divulgação dos Resultados Consolidados do Segundo Trimestre (2T14)



2T14: 174 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS, REC. LÍQUIDA DE R\$ 945,8 MILHÕES (+18,9%), EBITDA DE R\$ 299,4 MILHÕES (+3,0%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 92,0 MILHÕES

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (08/08/2014)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 08/08 e 14/08
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 2253577#

EM INGLÊS

Sexta-feira (08/08/2014)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 08/08 e 14/08
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 2335603#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link
<http://webcall.rweb.com.br/arteris> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.



BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 06/08/2014
Preço Fech.: R\$ 17,50 por ação
Valor de Mercado: R\$ 6,0 bilhões

São Paulo, 07 de agosto de 2014 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 2T14, período encerrado em 30 de junho de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 2T14

- **Tráfego Pedagiado:** 174 milhões de veículos equivalentes registrados no 2T14, queda de 1,1% em relação ao 2T13. Em bases comparáveis (sem efeitos não recorrentes), houve crescimento de 1,5% no trimestre e de 3,4% no acumulado do ano, em relação aos mesmos períodos do ano passado.
- **Receita de Pedágio:** Aumento de 4,1% em relação ao 2T13 totalizando R\$ 581,4 milhões, com as rodovias estaduais crescendo 6,9% e as federais 0,4%. No acumulado do ano, as receitas de pedágio foram de R\$ 1,2 bilhão, com expansão de 5,6% na comparação com o 1S13.
- **EBITDA:** Totalizou R\$ 299,4 milhões no trimestre, com margem EBITDA de 55,6%. No 1S13, o EBITDA apresentou crescimento de 8,1% atingindo R\$ 615,8, milhões, com expansão de 1,3 p.p. na margem EBITDA.
- **Lucro Líquido:** No 2T14 foi de R\$ 92 milhões, queda de 14% principalmente em função do resultado financeiro e amortizações. No semestre totalizou R\$ 192,8 milhões (-3,4%).
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 3,7 bilhões ao final do 2T14, com um aumento de 12,5% em relação ao 1T14. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 2,7x.
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 426,1 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 2T14. No acumulado de 2014, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 801,8 milhões.

Indicadores Financeiros	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Veículos equivalentes (Mil)	173.927	175.596	175.819	-1,0%	-1,1%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	581.434	575.235	558.475	1,1%	4,1%
Receita líquida (R\$ Mil)	945.794	905.060	795.371	4,5%	18,9%
EBITDA (R\$ Mil)	299.414	316.347	290.785	-5,4%	3,0%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	336.424	354.840	345.653	-5,2%	-2,7%
Lucro líquido (R\$ Mil)	91.949	100.858	106.932	-8,8%	-14,0%
Margem EBITDA*	55,6%	60,0%	58,4%	-4,4 p.p.	-2,8 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	62,5%	67,3%	69,5%	-4,8 p.p.	-7,0 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.970.976	1.980.431	1.714.294	-0,5%	15,0%
Ativos totais (R\$ Mil)	8.294.267	8.016.382	6.110.232	3,5%	35,7%
Dívida bruta / Capitalização total ²	71,3%	70,1%	64,7%	1,2 p.p.	6,6 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	3.666.020	3.258.325	2.705.731	12,5%	35,5%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	2,7	2,4	2,1	0,3	0,6

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

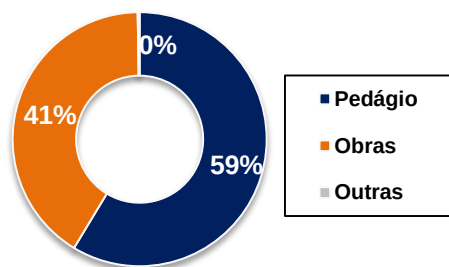
Pág. 3 de 30

do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	986.586	966.719	848.828	2,1%	16,2%	1.953.305	1.639.480	19,1%
Receitas de pedágio	581.434	575.235	558.475	1,1%	4,1%	1.156.669	1.094.990	5,6%
Estaduais	341.999	333.330	320.020	2,6%	6,9%	675.329	620.809	8,8%
Autovias	83.390	80.621	77.815	3,4%	7,2%	164.011	150.648	8,9%
Centrovias	88.134	87.179	81.486	1,1%	8,2%	175.313	160.319	9,4%
Intervias	93.175	91.138	88.241	2,2%	5,6%	184.313	170.286	8,2%
Vianorte	77.300	74.392	72.478	3,9%	6,7%	151.692	139.556	8,7%
Federais	239.435	241.905	238.455	-1,0%	0,4%	481.340	474.181	1,5%
Planalto Sul	26.791	27.545	25.718	-2,7%	4,2%	54.336	50.578	7,4%
Fluminense	40.322	38.136	38.203	5,7%	5,5%	78.458	77.058	1,8%
Fernão Dias	60.120	60.236	57.153	-0,2%	5,2%	120.356	112.422	7,1%
Régis Bittencourt	64.273	66.322	66.503	-3,1%	-3,4%	130.595	131.439	-0,6%
Litoral Sul	47.929	49.666	50.878	-3,5%	-5,8%	97.595	102.684	-5,0%
Outras receitas	(2.467)	13.793	(7.465)	n.d.	n.d.	11.326	19.866	-43,0%
Receitas de obras	407.619	377.691	297.818	7,9%	36,9%	785.310	524.624	49,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(40.792)	(61.659)	(53.457)	-33,8%	-23,7%	(102.451)	(105.988)	-3,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	945.794	905.060	795.371	4,5%	18,9%	1.850.854	1.533.492	20,7%
CUSTOS E DESPESAS	(646.380)	(588.713)	(504.586)	9,8%	28,1%	(1.235.093)	(963.868)	28,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(159.996)	(126.475)	(108.813)	26,5%	47,0%	(286.471)	(252.524)	13,4%
Custo dos serv. de construção	(407.619)	(377.691)	(297.818)	7,9%	36,9%	(785.310)	(524.624)	49,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(37.982)	(45.711)	(38.581)	-16,9%	-1,6%	(83.693)	(78.559)	6,5%
Remuneração da administração	(4.066)	(5.251)	(4.953)	-22,6%	-17,9%	(9.317)	(9.371)	-0,6%
Despesas tributárias	(1.066)	(1.008)	(700)	5,8%	52,3%	(2.074)	(1.509)	37,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(37.010)	(38.493)	(54.868)	-3,9%	-32,5%	(75.503)	(103.762)	-27,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.358	5.916	1.147	-77,0%	18,4%	7.274	6.481	12,2%
EBITDA	299.414	316.347	290.785	-5,4%	3,0%	615.761	569.624	8,1%
Margem EBITDA*	55,6%	60,0%	58,4%			57,8%	56,5%	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(80.767)	(77.773)	(68.152)	3,8%	18,5%	(158.540)	(133.766)	18,5%
Depreciações e amortizações	(80.767)	(77.773)	(68.152)	3,8%	18,5%	(158.540)	(133.766)	18,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(81.913)	(83.752)	(64.567)	-2,2%	26,9%	(165.665)	(134.868)	22,8%
Receitas financeiras	29.995	24.042	10.253	24,8%	192,5%	54.038	22.878	136,2%
Despesas financeiras	(112.158)	(107.788)	(74.829)	4,1%	49,9%	(219.947)	(157.741)	39,4%
Variação cambial, liq.	250	(6)	9			244	(5)	
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	136.735	154.822	158.066	-11,7%	-13,5%	291.556	300.990	-3,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.785)	(53.964)	(51.134)	-17,0%	-12,4%	(98.749)	(101.334)	-2,6%
Corrente	(56.669)	(56.616)	(53.325)	0,1%	6,3%	(113.285)	(101.811)	11,3%
Diferido	11.884	2.652	2.191	348,1%	442,4%	14.536	477	2947,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	91.950	100.858	106.932	-8,8%	-14,0%	192.808	199.656	-3,4%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Composição da Receita Bruta
2T14



Desempenho Econômico-Financeiro

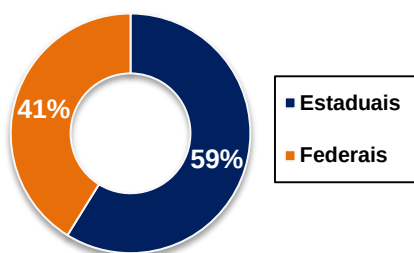
Receita Bruta de Serviços

No segundo trimestre de 2014 (2T14), a Arteris registrou um total de **R\$ 986,6 milhões de receita bruta**, apresentando um **crescimento de 16,2%** em relação ao mesmo período de 2013.

Deste total, **59%** foram **provenientes** da arrecadação de **pedágio**, cuja receita bruta foi de **R\$ 581,4 milhões**, montante **4,1% superior** ao 2T13. Também contribuiu com o resultado, a **forte expansão das receitas com obras**, que tiveram **alta de 36,9%**. Apesar de não representarem uma entrada de caixa, as receitas de obras indicam o ritmo de investimento da Companhia em ativos intangíveis, traduzido na melhoria da infraestrutura de suas rodovias.

Já as **outras receitas**, em virtude de uma reclassificação, conforme descrito a seguir, registraram um **valor negativo de R\$ 2,5 milhões**.

Composição da Receita de Pedágio
2T14



No **acumulado do ano (1S14)**, o total da receita bruta da Arteris já se aproxima de **R\$ 2 bilhões**, tendo apresentado uma **evolução de 19,1%** na comparação com os seis primeiros meses de 2013 (1S13), tendo a receita de pedágio crescido 5,6%.

Receita de Pedágio

O **crescimento de 4,1%** das **receitas de pedágio** no 2T14, que foram de **R\$ 581,4 milhões** no trimestre, foi suportado principalmente pelo **aumento do tráfego** nas rodovias estaduais (+6,6%), além do **incremento médio de 4,7%** nas **tarifas** das rodovias federais, o que mais que compensou a retração de tráfego das mesmas.

As rodovias estaduais representaram 59% do total das receitas de pedágio da Companhia e continuam apresentando um desempenho superior em relação às rodovias federais principalmente pelo efeito do início em julho de 2013 da cobrança dos eixos suspensos dos veículos pesados. Além disso, neste trimestre, o desempenho do tráfego de veículos pesados nas concessões federais impactou as receitas provenientes destas rodovias. Neste sentido, o conjunto de **rodovias estaduais** encerrou o 2T14 com um total de **R\$ 342,0 milhões** de receita de pedágio **(+6,9%)**, enquanto as **federais** somaram **R\$ 239,4 milhões (+0,4%)**.

No **1S14**, as receitas de pedágio totalizaram **R\$ 1,2 bilhão (+5,6%)**, tendo as concessionárias **estaduais crescido 8,7%**, com R\$ 675,3 milhões e as **federais 1,5%**, com faturamento de R\$ 481,3 milhões.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no 2T14, foi de **173.927 mil veículos equivalentes**, registrando queda de 1,1% em relação ao 2T13.

No entanto, para uma melhor análise do tráfego, destacamos a evolução do **volume de veículos em base comparáveis** que obteve um **aumento de 1,5%** em relação ao mesmo período do ano passado (sem os efeitos não recorrentes provenientes da Autopista Litoral Sul – vide explicação na próxima página). Em bases comparáveis**, no **acumulado do ano** o **crescimento** do tráfego foi de **3,4%**.

Veículos Equivalentes (Mil)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	*Bases Comparáveis 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13	**Bases Comparáveis 1S14/1S13
Estaduais	52.648	51.489	49.402	2,3%	6,6%	6,6%	104.137	95.839	8,7%	8,7%
Autovias	12.155	11.847	11.442	2,6%	6,2%	6,2%	24.002	22.151	8,4%	8,4%
Centrovias	14.270	14.182	13.189	0,6%	8,2%	8,2%	28.452	25.957	9,6%	9,6%
Intervias	16.569	16.197	15.705	2,3%	5,5%	5,5%	32.766	30.306	8,1%	8,1%
Vianorte	9.654	9.262	9.065	4,2%	6,5%	6,5%	18.916	17.424	8,6%	8,6%
Federais	121.279	124.107	126.417	-2,3%	-4,1%	-0,5%	245.386	253.711	-3,3%	1,4%
Planalto Sul	7.047	7.245	7.143	-2,7%	-1,3%	-1,3%	14.293	14.049	1,7%	1,7%
Fluminense	11.849	11.359	11.576	4,3%	2,4%	2,4%	23.207	23.621	-1,8%	3,6%
Fernão Dias	40.067	40.147	40.823	-0,2%	-1,9%	-1,9%	80.214	80.301	-0,1%	-0,1%
Régis Bittencourt	35.697	36.833	36.946	-3,1%	-3,4%	-3,4%	72.529	73.022	-0,7%	-0,7%
Litoral Sul	26.620	28.523	29.928	-6,7%	-11,1%	4,7%	55.143	62.717	-12,1%	5,4%
Total	173.927	175.596	175.819	-0,9%	-1,1%	1,5%	349.523	349.550	0,0%	3,4%

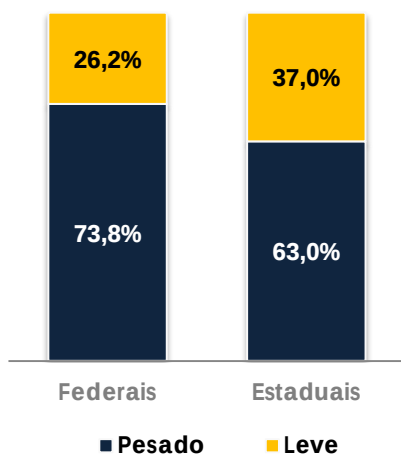
* Bases comparáveis, ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

** Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

O desempenho do tráfego pedagiado neste trimestre foi bastante distinto ao compararmos os resultados das rodovias estaduais em relação às federais. Enquanto todas as **concessionárias estaduais** da Companhia apresentaram **crescimento** (com uma média de **6,6%**), as suas pares em âmbito **federal** registraram uma **retração** de 4,1%. Todas as rodovias federais, à exceção da Autopista Fluminense, apresentaram redução de volumes em relação ao 2T13. É verdade que em bases comparáveis, com os ajustes na Autopista Litoral Sul que até o dia 20 de junho possuía uma praça fechada, as rodovias federais teriam registrado uma queda bem menor, de apenas 0,5%, mas este resultado também negativo foi impactado pelo seguinte:

- **Diminuição do volume de veículos pesados no mix total das rodovias federais e pior desempenho em relação aos veículos de passeio.** Enquanto no 2T13, o total de veículos pesados representava 76% do total dos veículos pedagiados, neste trimestre passaram a representar 74% (-2 p.p.). Além disso, enquanto o volume de veículos leves nas federais cresceu 5,6% na comparação com o ano anterior, o volume de pesados sofreu queda de 6,6%, ou seja, a melhora dos leves não foi suficiente para compensar o resultado dos pesados.
- A piora do desempenho dos veículos pesados está relacionada a um **arrefecimento econômico** observado no período, maximizado por menos dias úteis* em função da **realização dos jogos da Copa do Mundo**, nos quais muitos caminhões não trafegaram em nossas rodovias. Além disso, entre maio e junho, a região Sul do país sofreu com um **intenso período de chuvas** que interditou por vários dias alguns trechos de nossas rodovias, como foi o caso da Autopista Planalto Sul, que acabou afetando também o fluxo de veículos em direção à Autopista Régis Bittencourt.
- No caso da **Autopista Litoral Sul**, desde julho de 2013 uma de suas principais praças (localizada no município de Palhoça-SC) encontrava-se fechada, até ser realocada a pedido da ANTT para uma nova localidade. Em 20 de junho deste ano, a cobrança foi reiniciada na nova praça, mas como isso ocorreu apenas ao final do 2T14, o tráfego do trimestre foi impactado.

Composição do Tráfego
(Veículos Equivalentes)
2T14



Ao excluirmos os efeitos não recorrentes da Autopista Litoral Sul, em função da realocação da praça de pedágio de Palhoça, o crescimento da concessionária teria sido de 4,7%, o conjunto de rodovias federais teria apresentado queda de 0,5% e a Arteris crescido 1,5%.

Como comentado anteriormente, no caso das **rodovias estaduais**, o crescimento apresentado foi principalmente o resultado do aumento do volume de veículos pesados, em função da **cobrança dos eixos suspensos** de caminhões desde julho de 2013 para compensar o congelamento de tarifas ocorrido naquele ano. Adicionalmente, o total de **veículos leves também cresceu** no período, com um volume 7,7% superior ao registrado no 2T13.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 2T14 foi de **63,0%** de **veículos pesados** e **37,0%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **73,8%** de **veículos pesados** e **26,2%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

* Entre abril e junho de 2013 ocorreram 2 feriados nacionais em dias úteis. Entre abril e junho de 2014 ocorreram 4 feriados nacionais em dias úteis, sendo 2 em quintas-feiras (afetando o tráfego de veículos pesados nas sextas-feiras), além de 4 dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo em que algumas localidades decretaram feriados ou meio expediente.

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

Pág. 6 de 30

do Desempenho

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 2T14 foi de **R\$ 3,34**, representando um **incremento de 5,2%** em relação à tarifa média do 2T13.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

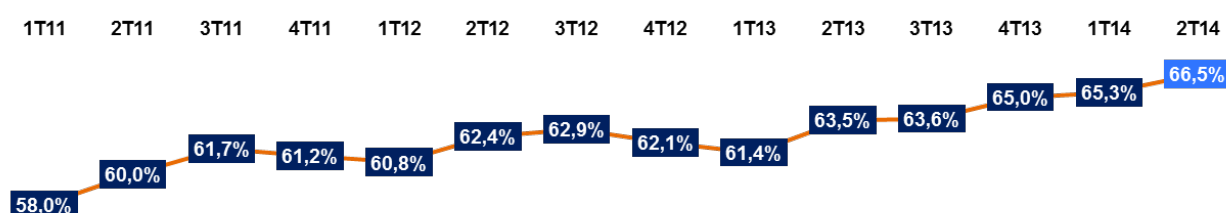
Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
Estaduais	6,50	6,47	6,48	0,3%	0,3%	6,49	6,48	0,1%
Autovias	6,86	6,81	6,80	0,8%	0,9%	6,83	6,80	0,5%
Centrovias	6,18	6,15	6,18	0,5%	0,0%	6,16	6,18	-0,2%
Intervias	5,62	5,63	5,62	-0,1%	0,1%	5,63	5,62	0,1%
Vianorte	8,01	8,03	7,99	-0,3%	0,1%	8,02	8,01	0,1%
Federais	1,97	1,95	1,89	1,3%	4,7%	1,96	1,87	5,0%
Planalto Sul	3,80	3,80	3,60	0,0%	5,6%	3,80	3,60	5,6%
Fluminense	3,40	3,36	3,30	1,4%	3,1%	3,38	3,26	3,6%
Fernão Dias	1,50	1,50	1,40	0,0%	7,2%	1,50	1,40	7,2%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	1,80	0,0%	0,0%	1,80	1,80	0,0%
Litoral Sul	1,80	1,74	1,70	3,4%	5,9%	1,77	1,64	8,1%
Total	3,34	3,28	3,18	2,0%	5,2%	3,31	3,13	5,6%

Em relação ao 2T13, as **tarifas das concessionárias estaduais** não sofreram alteração, ficando em média em **R\$ 6,50**. Em 2013 não houve o reajuste anual de tarifas em atendimento à determinação do Governo do Estado de São Paulo que congelou os valores praticados, não repassando em julho a variação acumulada da inflação do período. Ao mesmo tempo, todas as concessionárias estaduais foram compensadas com a redução do valor pago ao Poder Concedente a título de ônus variável e foram autorizadas a iniciar a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados. Ambas as medidas continuam em vigor e passaram a valer por prazo indeterminado. A partir do 3T14, as tarifas voltarão a apresentar crescimento, já que em 1º de julho de 2014, o Governo estadual autorizou o reajuste das tarifas de acordo com a inflação. Porém de forma unilateral, o poder concedente através da ARTESP, efetuou ajustes nas tarifas de cada concessionária (que ficaram abaixo da inflação) em função dos resultados auferidos pela adição dos eixos suspensos, cujo cálculo foi medido pela própria ARTESP, o qual a Companhia discorda e adotará todas as medidas necessárias para garantir os seus direitos e o que determina os contratos de concessão.

Já as **concessionárias federais**, tiveram ao longo deste ano e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A **tarifa média** consolidada do 2T14 para as concessões federais foi de **R\$ 1,97**, **4,7%** superior ao cobrado no 2T13.

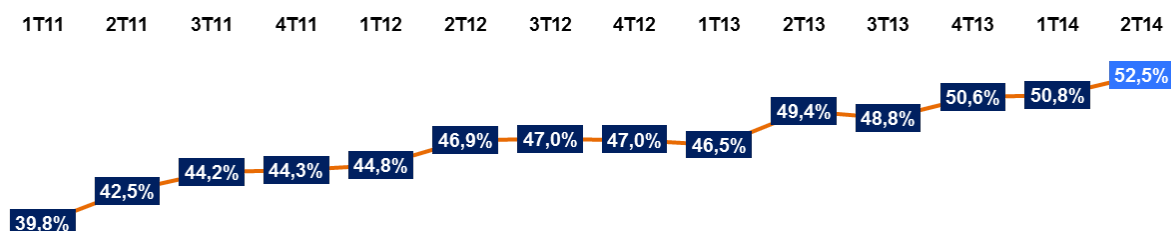
Meios Eletrônicos: No 2T14, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou dois terços da arrecadação (66,5%), contra 63,5% no 2T13. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 52,5% no 2T14 contra 49,4% no 2T13. A seguir, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2011:

AVI Estaduais



do Desempenho

AVI Federais



Receita de Obras

O ano de 2014 tem sido intenso para a Companhia em termos dos investimentos realizados em suas rodovias federais, o que pode ser observado pelos valores já realizados até o momento. Uma vez que a receita de obras é uma mera representação contábil da contratação dos serviços de construção para a melhoria da infraestrutura das rodovias, a mesma cresce em compasso com os investimentos. Neste 2T14, as **receitas com obras** foram de **R\$ 407,6 milhões**, apresentando um **aumento** de **36,9%** em relação ao 2T13. No **1S14**, o total registrado foi de **R\$ 785,3 milhões**, com **crescimento** de **49,7%** frente ao mesmo período de 2013.

Outras Receitas

Neste 2T14, a Companhia realizou uma reclassificação na linha “Outras Receitas” de forma a parametrizar esta rubrica aos critérios adotados por seu acionista controlador em seus informes de resultados, padronizando assim esta linha das demonstrações financeiras.

Neste sentido, a Companhia não mais demonstra como “Outras Receitas”, as receitas de conservação e pavimentação das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo. A rubrica passa a ser composta apenas das receitas acessórias das concessionárias, oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas.

Como foram reclassificadas no 2T14 as receitas de conservação de todo o semestre (incluindo o que havia sido contabilizado no 1T14), as **outras receitas** ficaram **negativas em R\$ 2,5 milhões** no trimestre, totalizando **R\$ 11,3 milhões** no **1S14**. Os valores reclassificados do 1T14, no montante de R\$ 7,1 milhões e aqueles realizados no 2T14, foram registrados no custo da Companhia, na linha “Outros”.

Para maiores detalhes das reclassificações, consulte o anexo 4 deste relatório.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

O crescimento das receitas com pedágio e o avanço das receitas com obras contribuíram para que a **receita líquida** da Companhia no segundo trimestre de 2014 atingisse **R\$ 945,8 milhões**, o que representou uma **melhora** de **18,9%** em relação ao 2T13.

No **acumulado do ano**, o **crescimento** foi de **20,7%** com um total de **R\$ 1,9 bilhão** de receita líquida.

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

Pág. 8 de 30

do Desempenho

As **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de **R\$ 40,8 milhões** no **2T14** e de R\$ 102,4 milhões no 1S14. Em função das reclassificações realizadas nas "Outras Receitas", conforme já comentado, a linha de deduções foi também ajustada, com as variações sendo registradas na linha de "Outros Custos" (vide anexo 4 deste relatório).

Custos e Despesas

O total de **custos e despesas** registrados pela Companhia no **2T14** foi de **R\$ 727,1 milhões**, valor 27,0% superior ao registrado no mesmo trimestre do ano anterior. Já no **acumulado do ano**, o **crescimento** foi também de **27,0%** totalizando R\$ 1,4 bilhão. Em ambos os períodos, os totais registrados foram influenciados por uma maior pressão nos custos caixa e por itens não caixa, como o custo de serviços de construção que subiu 36,9% no trimestre e 49,7% no semestre, apesar deste último não afetar o resultado da Companhia.

Do total dos custos e despesas, os "**custos caixa**" foram de **R\$ 201,7 milhões** no trimestre e de **R\$ 374,3 milhões** no **semestre**, o que na comparação com os mesmos períodos de 2013 indicam aumentos de 32,8% e 11,6%, respectivamente,

Neste trimestre, os **custos caixa** foram **pressionados excepcionalmente** pelo **aumento de provisões** registradas nos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e por **margens negativas** registradas nas **construtoras do grupo**, que afetaram de forma geral os resultados da Companhia. Por estes motivos, a **relação custo caixa x receita líquida** (ex-construção) piorou, passando de 30,5% no 2T13, para os atuais 37,5% (-7.0 p.p.) e de 33,3% no 1S13, para 35,1% no 1S14 (-1,8 p.p.).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
Serviços de terceiros	(50.339)	(50.012)	(48.007)	0,7%	4,9%	(100.351)	(93.803)	7,0%
Pessoal	(49.580)	(56.647)	(54.096)	-12,5%	-8,3%	(106.227)	(103.421)	2,7%
Conservação	(25.526)	(26.460)	(24.571)	-3,5%	3,9%	(51.986)	(48.308)	7,6%
Verba de fiscalização	(9.707)	(9.613)	(9.184)	1,0%	5,7%	(19.320)	(18.281)	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.436)	(5.317)	(9.965)	2,2%	-45,4%	(10.753)	(19.288)	-44,3%
Seguros e garantias	(5.659)	(6.465)	(4.488)	-12,5%	26,1%	(12.124)	(10.301)	17,7%
Remuneração da administração	(4.066)	(5.251)	(4.953)	-22,6%	-17,9%	(9.317)	(9.371)	-0,6%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(7.817)	(1.072)	(1.114)	629,2%	601,7%	(8.889)	(2.283)	289,4%
Despesas tributárias	(1.066)	(1.008)	(700)	5,8%	52,3%	(2.074)	(1.509)	37,4%
Outras despesas operacionais, liq.	(42.555)	(10.684)	5.178	298,3%	-921,8%	(53.239)	(28.917)	84,1%
Subtotal (Custo Caixa)	(201.751)	(172.529)	(151.900)	16,9%	32,8%	(374.280)	(335.482)	11,6%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	37,5%	32,7%	30,5%	4,8 p.p.	7,0 p.p.	35,1%	33,3%	1,8 p.p.
Custo dos serviços de construção	(407.619)	(377.691)	(297.818)	7,9%	36,9%	(785.310)	(524.624)	49,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(37.010)	(38.493)	(54.868)	-3,9%	-32,5%	(75.503)	(103.762)	-27,2%
Depreciação e Amortização	(80.767)	(77.773)	(68.152)	3,8%	18,5%	(158.540)	(133.766)	18,5%
Total	(727.147)	(666.486)	(572.738)	9,1%	27,0%	(1.393.633)	(1.097.634)	27,0%

Plano de Eficiência

A Arteris definiu três eixos* para a sua estratégia de longo prazo, um deles refere-se a operações eficientes, o que significa trazer um novo foco para a gestão de custos que resulte em melhorias operacionais e expansão das margens da Companhia. O programa de eficiências está em curso desde o segundo semestre de 2013 e entre as medidas adotadas destaca-se a redefinição de políticas organizacionais, a criação de uma diretoria de compras corporativas centralizada na *holding* para redução de custos operacionais e investimentos (via um maior poder de compra e barganha e o uso de processo de leilão eletrônico para compras), a implantação do SAP integrando todas as empresas da Companhia, o desenvolvimento de novas tecnologias de arrecadação de pedágio, a remuneração baseada em desempenho, entre outras medidas.

* Os demais eixos estratégicos são: Cumprimento do plano de investimentos com sustentabilidade econômica, social e do meio ambiente e; fortalecimento da imagem corporativa com responsabilidade social e corporativa.

Com relação à **evolução dos “custos caixa”**, destaca-se:

Da mesma forma como comentado anteriormente na seção “Outras Receitas”, neste trimestre, de forma a parametrizar o resultado da Companhia a alguns dos critérios adotados por seu acionista controlador, realizamos alguns ajustes/reclassificações “*entre linhas*” na abertura do total de custos e despesas (**as linhas ajustadas estão destacadas com um asterisco***). Estas reclassificações referem-se ao tratamento dado às construtoras do grupo, Latina Manutenção e Latina Sinalização, em relação ao processo de consolidação das demonstrações financeiras. **Estas reclassificações, porém, não afetam os resultados da Companhia (EBITDA e Lucro)**. Para uma maior comparabilidade, consulte o anexo 4 deste relatório para a conciliação entre os períodos.

- **Custos com serviços de terceiros(*):** No 2T14, estes custos foram de R\$ 50,3 milhões, um incremento de +4,9% em relação ao 2T13, o que está relacionado aos reajustes anuais por inflação dos contratos de prestação de serviços para a Companhia e também aos dissídios dos profissionais terceirizados do grupo. Já no acumulado do ano, o crescimento foi de 7,0% totalizando R\$ 100,3 milhões. Pelos mesmos motivos, e em bases comparáveis, (vide o anexo 4), o crescimento teria sido de 8,9%, na comparação trimestral e de 9,5% na comparação semestral.
- **Custos com pessoal(*):** Foram de R\$ 49,6 milhões no 2T14, sendo impactados pelo maior número de funcionários entre os períodos, principalmente na *holding* e em função da reestruturação de algumas equipes e áreas, bem como a criação da diretoria de compras. Os custos com pessoal também são anualmente impactados pelos dissídios coletivos, que em 2013 ficaram em média 6,8% para todos os funcionários. Estes impactos podem ser observados pelo crescimento acumulado de 9,0% nestes custos em relação ao 1S13, conforme indicado na tabela no anexo 4 deste relatório.
- **Conservação:** Registrou um aumento de 3,9% na comparação com o 2T13, totalizando R\$ 25,5 milhões. Este é um custo variável, sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas, de acordo com a necessidade pontual de reparos nas rodovias. No 1S14, o montante total de conserva foi de R\$ 52 milhões, ou 7,6% superior ao 1S13.
- **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 9,7 milhões no 2T14, com aumento de 5,7% em relação ao 2T13.
- **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 5,4 milhões no trimestre, sofrendo uma importante queda em função da medida adotada pelo Governo do Estado de São Paulo de reduzir pela metade o ônus variável devido, que passou de 3% da receita bruta de pedágio para 1,5%. Esta foi uma das medidas anunciadas pelo Governo para compensar a suspensão do reajuste de tarifas em julho de 2013.
- **Seguros e garantias:** Em função do aumento do volume de obras seguradas sendo executadas pela Companhia e da reavaliação dos valores para seguros de riscos operacionais a partir dos níveis de sinistralidade, esta linha registrou um aumento de 26,1% em relação ao 2T13, totalizando R\$ 5,7 milhões. Este processo de reavaliação melhorou de forma significativa a cobertura de riscos da Companhia, mitigando impactos em seu balanço patrimonial. Na comparação semestral, o aumento foi de 17,7%, com um total de R\$ 12,1 milhões.

- **Remuneração da administração(*):** Foi de R\$ 4,1 milhões no 2T14 e de R\$ 9,3 milhões no acumulado do ano. Em bases comparáveis (vide o anexo 4), este custo sofreu redução de 11,2% em relação ao 2T13 e cresceu 3,3% na comparação semestral. A queda no trimestre é resultado de novos critérios de rateio das despesas da *holding*, que segregou desta linha os valores correspondentes à administração das construtoras e que passaram a ser registrados na linha de outras despesas operacionais.
- **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores registrados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte. Neste trimestre, parte do aumento está associado às provisões realizadas pela Companhia para o pagamento de multas relacionadas à operação de suas rodovias federais e que são devidas à ANTT.
- **Outras despesas operacionais(*):** Apresentou um elevado e extraordinário crescimento em função basicamente de dois fatores:
 - Impactos das reclassificações realizadas pela Companhia, já que a esta linha foram adicionados os valores estornados de todo 1S14 da linha de "Outras Receitas" e todos os demais ajustes nas linhas de custos, conforme demonstrado nas tabelas do anexo 4 ao final deste relatório, e;
 - O impacto das margens negativas oriundas da operação das construtoras do grupo, que são registradas nesta linha de custos da Companhia. Dado o plano de eficiência do grupo, toda contratação de obras para a execução e entrega dos investimentos contratuais devem ser direcionadas ao fornecedor que ofereça a melhor relação custo-benefício, mesmo que esta empresa seja uma terceira. O que tem ocorrido é que a maior parte destas obras não está sendo realizadas pelas construtoras do grupo, que ainda mantêm temporariamente a mesma estrutura de custos fixos. Faz parte do plano de redução de custos da Companhia adaptar esta estrutura para minimizar estes impactos provenientes das Construtoras.

Em bases comparáveis, conforme demonstrado no anexo 4 deste relatório, o crescimento das Outras despesas foi de 120,1% em relação ao 2T13 e de 42,3% em relação ao 1S13.

Em relação aos "custos não caixa" destaca-se:

- **Custos dos serviços de construção:** Da mesma forma que a receita de construção, estes custos são apenas uma representação contábil dos investimentos realizados pela Companhia na melhoria de suas rodovias. Neste sentido, o maior volume de obras contribuiu para o crescimento de 36,9% destes custos em relação ao 2T13 e de 49,7% na comparação com o 1S13, totalizando respectivamente, R\$ 407,6 milhões e R\$ 785,3 milhões.
- **Provisões para manutenção:** Foram de R\$ 37 milhões no 2T14, ou 32,5% menor que o registrado no mesmo período de 2013, em função de ajustes que a Companhia realizou no decorrer do 3T13 ao revisar previsões de investimentos futuros na renovação de pavimento de suas rodovias. No 1S14, o total provisionado foi de R\$ 75,5 milhões, recuo de 27,2% em relação ao 1S13.

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

Pág. 11 de 30

do Desempenho

- **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. No 2T14, o total registrado foi de R\$ 80,8 milhões, crescimento de 18,4%. Na comparação semestral o aumento foi também de 18,5%, totalizando R\$ 158,5 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** da Arteris neste **2T14** foi de **R\$ 299,4 milhões**, o que representou uma **melhora operacional** de **3,0%** em relação ao 2T13. No **acumulado do ano**, o **EBITDA** **cresceu 8,1%**, totalizando **R\$ 615,8 milhões**. Já a margem, no trimestre, sofreu redução de 2.8 p.p., principalmente em função dos impactos das margens operacionais negativas das construtoras e ajustes de provisões de riscos, conforme já mencionado. No entanto, no **acumulado do ano** houve uma **evolução de 1.3 p.p. na margem**, que passou de 56,5% no 1S13, para 57,8% no 1S14.

Já o **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, totalizou **R\$ 336,4 milhões** no **2T14** (queda de 2,7% na comparação com o 2T13), e **R\$ 691,3 milhões** no **semestre**, com **aumento de 2,7%** na comparação com o 1S13. A **margem EBITDA ajustada** foi de **62,5%** no **2T14** e de **64,9%** no **1S14**.

EBITDA (Em milhares de reais)								
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	945.794	905.060	795.371	4,5%	18,9%	1.850.854	1.533.492	20,7%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(646.380)	(588.713)	(504.586)	9,8%	28,1%	(1.235.093)	(963.868)	28,1%
EBITDA ¹	299.414	316.347	290.785	-5,4%	3,0%	615.761	569.624	8,1%
Margem EBITDA*	55,6%	60,0%	58,4%	-4,4 p.p.	-2,8 p.p.	57,8%	56,5%	1,3 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	37.010	38.493	54.868	-3,9%	-32,5%	75.503	103.762	-27,2%
EBITDA Ajustado ²	336.424	354.840	345.653	-5,2%	-2,7%	691.264	673.386	2,7%
Margem EBITDA Ajustada*	62,5%	67,3%	69,5%	-4,8 p.p.	-7,0 p.p.	64,9%	66,7%	-1,9 p.p.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

Pág. 12 de 30

do Desempenho

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura do EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
Ebitda Ajustado - Consolidado	336.424	354.840	345.653	-5,2%	-2,7%	691.264	673.386	2,7%
Estaduais	247.618	251.034	234.737	-1,4%	5,5%	498.652	452.323	10,2%
Federais	90.400	102.594	109.236	-11,9%	-17,2%	192.995	219.264	-12,0%
Holding	6.093	(5.173)	(5.703)	-217,8%	-206,8%	920	(8.577)	-110,7%
Construtoras	(7.687)	6.384	7.383	-220,4%	-204,1%	(1.303)	10.376	-112,6%

A Companhia alterou o critério de rateio de custos e despesas da *holding* com suas controladas, sendo que estas últimas passaram a registrar parte dos valores que anteriormente eram registrados na *holding*. Os efeitos deste novo critério para todo o 1S14 foi reclassificado no 2T14, o que foi o responsável pela margem positiva da *holding* e por impactos negativos no EBITDA deste trimestre das concessionárias estaduais e federais e das construtoras.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 2T14:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	76.676	19.161	95.837	(26.109)	(19.161)	(45.270)	50.567	9.493	60.060	78,3%
Centrovias	81.149	1.445	82.594	(21.877)	(1.445)	(23.322)	59.272	6.002	65.274	80,4%
Intervias	86.077	11.118	97.195	(26.790)	(11.118)	(37.908)	59.287	7.921	67.208	78,1%
Vianorte	70.989	6.219	77.208	(19.225)	(6.219)	(25.444)	51.764	3.312	55.076	77,6%
Estaduais	314.891	37.943	352.834	(94.001)	(37.943)	(131.944)	220.890	26.728	247.618	78,6%
Planalto Sul	24.488	43.403	67.891	(15.988)	(43.403)	(59.391)	8.500	1.280	9.780	39,9%
Fluminense	36.893	81.544	118.437	(23.747)	(81.544)	(105.291)	13.146	1.249	14.395	39,0%
Fernão Dias	54.978	40.356	95.334	(37.416)	(40.356)	(77.772)	17.562	3.133	20.695	37,6%
Régis Bittencourt	59.987	127.894	187.881	(32.963)	(127.894)	(160.857)	27.024	2.059	29.083	48,5%
Litoral Sul	43.584	76.479	120.063	(29.697)	(76.479)	(106.176)	13.886	2.561	16.447	37,7%
Federais	219.930	369.676	589.606	(139.811)	(369.676)	(509.487)	80.118	10.282	90.400	41,1%
Total Concessionárias	534.821	407.619	942.440	(233.812)	(407.619)	(641.431)	301.008	37.010	338.018	63,2%
Arteris Holding	-	-	-	6.093	-	6.093	6.093	-	6.093	
Construtoras	-	115.210	115.210	-	(122.898)	(122.898)	(7.687)	-	(7.687)	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	3.354	(115.210)	(111.856)	(9.738)	121.594	111.856	-	-	-	
Total	538.175	407.619	945.794	(237.457)	(408.922)	(646.380)	299.414	37.010	336.424	62,5%

¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Divulgação de Resultados 2T14

07 de agosto de 2014

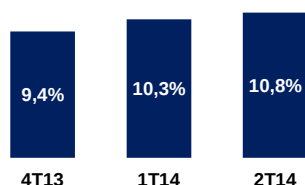
Pág. 13 de 30

do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
Receitas Financeiras	29.995	24.043	10.253	24,8%	192,5%	54.038	22.878	136,2%
Juros Ativos	778	414	203	87,9%	283,3%	1.192	417	185,9%
Aplicações Financeiras	29.064	23.474	9.870	23,8%	194,5%	52.538	22.218	136,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(2)	2	-	-200,0%	-	-	-	0,0%
Outras Receitas	155	153	180	1,3%	-13,9%	308	243	26,7%
Despesas Financeiras	(112.158)	(107.789)	(74.829)	4,1%	49,9%	(219.947)	(157.741)	39,4%
Encargos Financeiros	(91.857)	(79.146)	(57.605)	16,1%	59,5%	(171.003)	(119.277)	43,4%
Atualização do Ônus da Concessão	(4.508)	(8.970)	(5.896)	-49,7%	-23,5%	(13.478)	(12.184)	10,6%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(7.257)	(9.462)	(3.453)	-23,3%	110,2%	(16.719)	(12.773)	30,9%
Outras Despesas	(8.536)	(10.211)	(7.875)	-16,4%	8,4%	(18.747)	(13.507)	38,8%
Variação Cambial, liq.	250	(6)	9	-4266,7%	2677,8%	244	(5)	-4980,0%
Resultado Financeiro	(81.913)	(83.752)	(64.567)	-2,2%	26,9%	(165.665)	(134.868)	22,8%

Taxa DI (média trimestral)

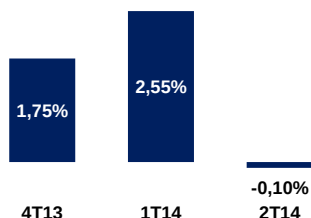


A Arteris apresentou **ligeira melhora** em seu **resultado financeiro**, que encerrou o 2T14 em **R\$ 81,9 milhões negativos**, **variação de 2,2%** em relação ao registrado no 1T14.

Na composição deste total, observa-se na comparação com o 1T14:

- As **receitas financeiras cresceram R\$ 5,9 milhões (+24,8%)**, dado um maior caixa médio aplicado no 2T14 e um CDI médio também maior remunerando estas aplicações.
- As **despesas financeiras** apresentaram um **aumento de R\$ 4,4 milhões (+4,1%)**, principalmente em função de maiores encargos financeiros, dado a um maior endividamento bruto da Companhia entre os períodos. Já a **atualização monetária do ônus** da concessão **caiu R\$ 4,5 milhões**, uma vez que é atrelado à variação do IGP-M que passou de 2,55% no 1T14, para -0,10% no 2T14.

IGP-M (trimestral)



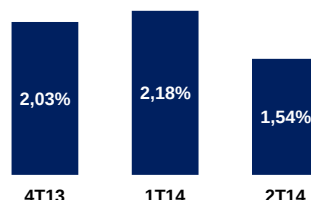
Lucro Líquido

Apesar do aumento de 18,9% na receita líquida da Companhia e de um melhor desempenho operacional medido pelo EBITDA do período (+3,0%), o **lucro líquido** da Arteris em relação ao 2T13, sofreu **redução de 14%**, encerrando o trimestre com **R\$ 91,9 milhões**. A variação está relacionada basicamente a dois fatores:

- O **aumento de R\$ 12,6 milhões** na linha de **depreciações e amortizações (+18,5%)** e;
- Um **resultado financeiro**, que passou de R\$ 64,6 milhões negativos no 2T13, para os atuais R\$ 81,9 milhões negativos (**variação de 26,9%**).

No **acumulado do ano**, o lucro da Companhia foi de **R\$ 192,8 milhões (-3,4%)**, também influenciado por esses mesmos fatores.

IPCA (trimestral)



Endividamento

Em 30 de junho de 2014, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 3,7 bilhões**, com **aumento de 12,4%** ou R\$ 404,2 milhões em relação ao 1T14.

Endividamento (Em milhares de reais)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Dívida Bruta	4.906.655	4.632.406	3.140.893	5,9%	56,2%
Curto Prazo	512.211	404.529	466.467	26,6%	9,8%
Longo Prazo	4.394.444	4.227.877	2.674.426	3,9%	64,3%
Posição de Caixa	1.240.635	1.374.081	435.162	-9,7%	185,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.105.266	1.283.907	320.043	-13,9%	245,3%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	135.369	90.174	115.119	50,1%	17,6%
Dívida Líquida	3.666.020	3.258.325	2.705.731	12,5%	35,5%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Redução de R\$ 133,4 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), em função de desembolsos para investimentos e amortização de dívidas
- **Aumento de R\$ 274,2 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 225 milhões;
 - Amortização de R\$ 30,1 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - R\$ 64,5 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da companhia;
 - Contratação de financiamento de equipamentos no valor de R\$ 14,8 milhões

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

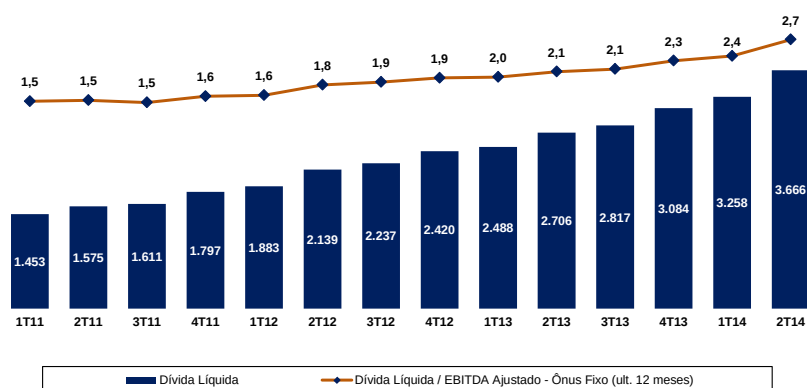
Até 30 de junho de 2014 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 2,8 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 922,6 milhões**.

BNDES (R\$ Mil)			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	2.771.905	922.644
Planalto Sul	331.344	313.885	17.459
Fluminense	780.819	489.701	291.118
Fernão Dias	702.754	629.795	72.959
Régis Bittencourt	1.069.495	848.706	220.789
Litoral Sul	810.137	489.818	320.319

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

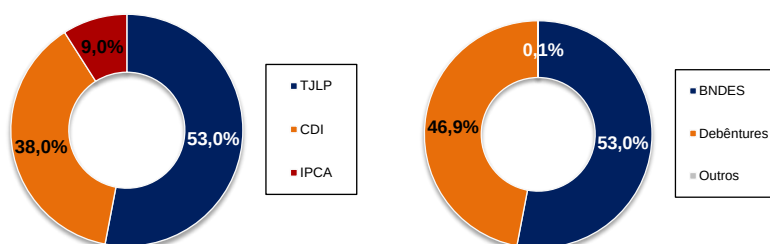
A dívida líquida no final do 2T14 representou 2,7 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 2,4 vezes.

Grau de Alavancagem e Dívida Líquida (R\$ milhões)



Ao final do 2T14, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 4,9 bilhões, sendo que deste montante 53,0% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 38% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 9,0% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)



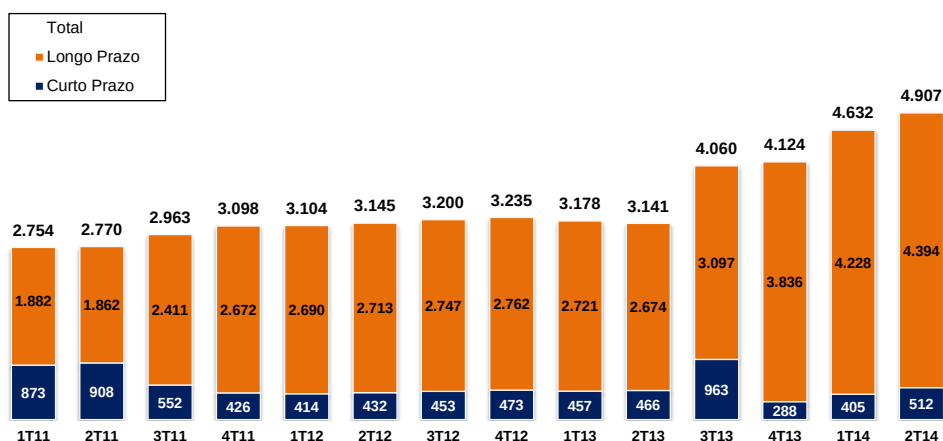
Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Indexador					
TJLP	2.599.821	2.395.984	2.054.693	8,5%	26,5%
CDI	1.877.664	1.811.642	664.337	3,6%	182,6%
IPCA	447.853	432.868	420.754	3,5%	6,4%
Outros	-	24	4.834	-	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(18.683)	(8.113)	(3.725)	130,3%	401,6%
Total	4.906.655	4.632.406	3.140.893	5,9%	56,2%

Divulgação de Resultados 2T14

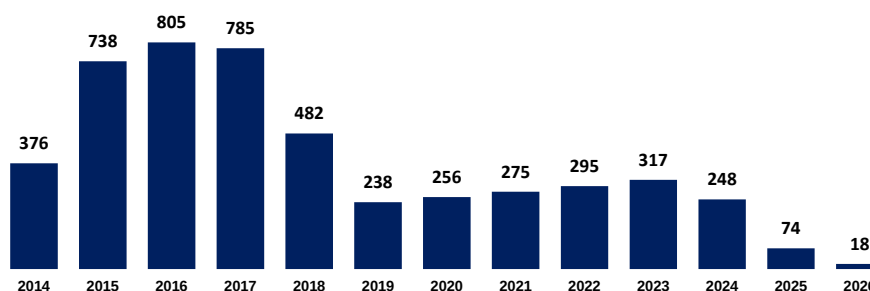
07 de agosto de 2014

Pág. 16 de 30

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 2T14, o montante pago foi correspondente a R\$ 17,2 milhões, já no acumulado do ano foi R\$ 34,4 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
Total	(17.215)	(17.219)	(16.210)	0,0%	6,2%	(34.434)	(32.419)	6,2%
Autovias	(1.811)	(1.813)	(1.707)	-0,1%	6,1%	(3.624)	(3.414)	6,2%
Centrovias	(2.712)	(2.713)	(2.554)	0,0%	6,2%	(5.425)	(5.107)	6,2%
Intervias	(1.688)	(1.688)	(1.589)	0,0%	6,2%	(3.376)	(3.178)	6,2%
Vianorte	(11.004)	(11.005)	(10.360)	0,0%	6,2%	(22.009)	(20.720)	6,2%

Em 30 de junho de 2014, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.820	24.579	32.399	50
Centrovias	11.700	34.126	45.826	47
Intervias	7.281	33.128	40.409	67
Vianorte	47.468	125.643	173.111	44
Total	74.269	217.476	291.745	

Investimentos e Manutenção de Rodovias

A Arteris continua mantendo um ritmo intenso de investimentos, de acordo com os respectivos contratos de concessão e com o novo cronograma de obras firmado com o poder concedente para suas rodovias federais.

No **2T14**, o total dos investimentos foi de **R\$ 426,1 milhões**, montante **13,4% superior** ao realizado no primeiro trimestre e **36,9% maior** que o mesmo período do ano passado. Deste total, 95,9% foram destinados às **obras de infraestrutura e melhorias** (intangível e imobilizado) em sua quase totalidade concentradas nas concessionárias federais e o restante na **manutenção** das rodovias estaduais.

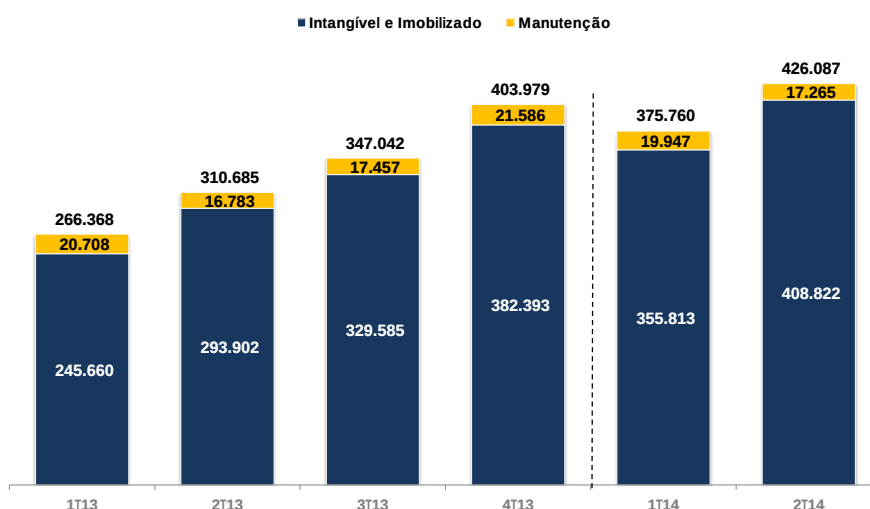
No acumulado do ano, a Arteris já investiu mais de R\$ 800 milhões, 39% de crescimento na comparação com o 1S13.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T14			1S14		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	24.081	18.228	5.853	45.896	32.368	13.528
Centrovias	6.435	1.688	4.747	12.231	2.632	9.599
Intervias	12.594	9.338	3.256	17.973	10.580	7.393
Vianorte	10.020	6.611	3.409	19.323	12.631	6.692
Estaduais	53.130	35.865	17.265	95.423	58.211	37.212
Planalto Sul	41.622	41.622	-	70.416	70.416	-
Fluminense	81.650	81.650	-	142.768	142.768	-
Fernão Dias	52.750	52.750	-	106.324	106.324	-
Régis Bittencourt	100.046	100.046	-	181.532	181.532	-
Litoral Sul	79.428	79.428	-	185.248	185.248	-
Federais	355.496	355.496	-	686.288	686.288	-
Total	408.626	391.361	17.265	781.711	744.499	37.212
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	17.461	17.461	-	20.136	20.136	-
Total	426.087	408.822	17.265	801.847	764.635	37.212

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente R\$ 6,2 bilhões. Deste total, a previsão de investimentos para 2014 é de R\$ 1,8 bilhão.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:

(R\$ Mil)





Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense

Durante o 2T14 a Concessionária deu continuidade às obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176 quilômetros da rodovia, dos quais 20 quilômetros já foram concluídos e abertos ao tráfego no início de 2014 e outros 13 quilômetros em julho. Dos 143 quilômetros restantes, 84 estão em obras. Ao longo do trecho foram finalizados 2 trevos em desnível e mais 6 encontra-se em andamento.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Ao longo do 2T14, a Companhia ainda concluiu o reforço estrutural e alargamento de 1 ponte.

Autopista Fernão Dias

A principal obra executada pela Concessionária foi a implantação do Contorno de Betim (MG), possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município. A obra foi concluída em 30 de setembro de 2013 com a entrega de 5,4 quilômetros da segunda etapa do projeto sendo que, em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa, incluindo a construção de um trevo em desnível.

No 2T14, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 2 trevos em desnível, 2 passarelas, 4,2 quilômetros de ruas laterais e 2,6 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia e 2 alargamentos de pontes com reforço estrutural.

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP) segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP) incluindo 2 trevos em desnível. O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros do projeto. Esta fase, que deverá durar por volta de 4 anos e depende da assinatura de aditivos de obras com a ANTT, contemplará a construção de 4 túneis e 33 pontes e viadutos.

Em junho de 2013, foram iniciadas as obras em dois segmentos, um de 5 quilômetros e outro de 1,4 quilômetro e em janeiro de 2014 foi iniciado mais um segmento de 5 quilômetros, totalizando 11,4 quilômetros em andamento com 3 túneis (1,3 km) e 14 viadutos. Destes trechos, em julho de 2014, foram concluídos e entregues 3,0 quilômetros.

Durante o 2T14, foram também construídas as obras de reforço estrutural e alargamento de 1 ponte, 1 trevo em desnível e 1 km de rua lateral.



Duplicação BR101-RJ / Macaé - Campos
(Autopista Fluminense)



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,2 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).



Duplicação BR-116/PR – Fazenda Rio Grande (Autopista Planalto Sul)

Durante o 2T14, foram também construídas as obras de 1 passarela, 1 rua lateral com 0,4 km.

Autopista Litoral Sul

Com a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA em 09/05/14, para um trecho de 14 km do Contorno de Florianópolis, foram iniciadas as obras no dia 28/05/14.

Ao longo do 2T14, a Concessionária concluiu a construção de 15,7 quilômetros de ruas laterais, 4,5 quilômetros de novas 'terceiras faixas' e finalizar o reforço estrutural e alargamento em 2 obras de arte especiais (pontes e viadutos).

Adicionalmente, a concessionária, através da assinatura de aditivo contratual providenciou a realocação de uma praça de pedágio da cidade de Palhoça (SC) para uma nova posição a uma distância de 23 quilômetros. Além da nova praça, que já foi concluída e encontra-se em operação, os 23 quilômetros foram incorporados como parte do trecho sob responsabilidade da concessionária incluindo sua manutenção.



Configuração proposta para dispositivo de acesso à Ribeirão Preto (Autovias e Vianorte)

Autovias e Vianorte

A Companhia está executando, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trará o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região de Ribeirão Preto, também criando vias de acessos à pedestres através de passarelas. A obra orçada em R\$ 120 milhões que foi aditivada ao contrato de concessão, prevê a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas da região.

Quadro de Pessoal

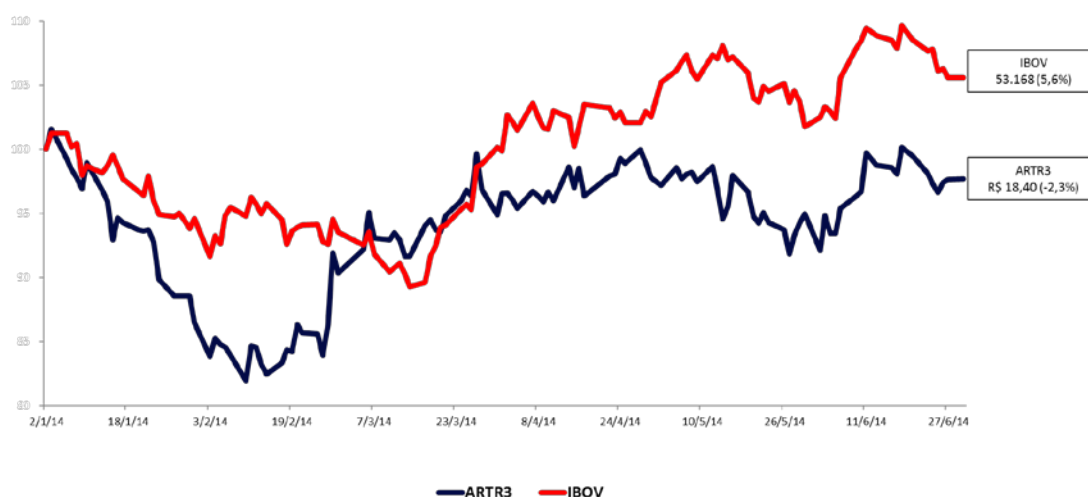
A Arteris conta com **6.700 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **42,1%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **19,1%** nas **estaduais**, **36,6%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,2%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2T14	1T14	2T13	Var. 2T14/1T14	Var. 2T14/2T13
Arteris (Holding)	145	131	112	14	33
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.280	1.307	1.309	(27)	(29)
Autovias	195	205	204	(10)	(9)
Centrovias	309	317	313	(8)	(4)
Intervias	520	525	529	(5)	(9)
Vianorte	256	260	263	(4)	(7)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.818	2.734	2.744	84	74
Litoral Sul	599	574	571	25	28
Planalto Sul	277	272	260	5	17
Fluminense	429	412	406	17	23
Fernão Dias	868	845	884	23	(16)
Régis Bittencourt	645	631	623	14	22
Latina Manutenção	2.277	2.416	2.268	(139)	9
Latina Sinalização	180	173	173	7	7
Total	6.700	6.761	6.606	(61)	94

Mercado de Capitais

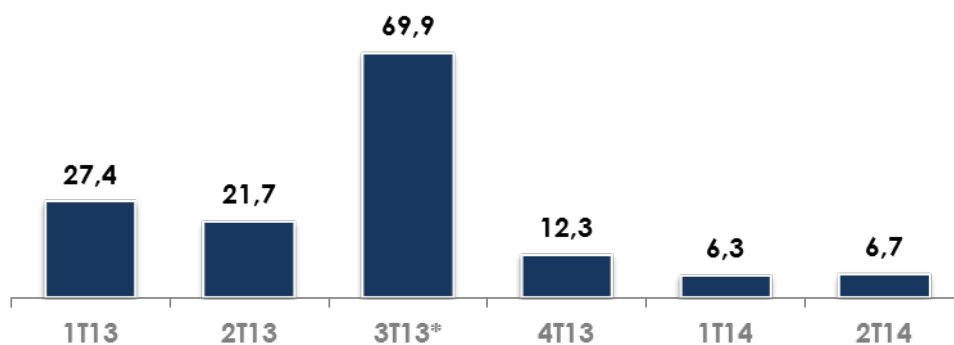
O **valor de mercado** da Arteris ao final do **2T14** totalizou **R\$ 6,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 18,40 por ação em 30/06/14. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **2,3%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização** de **5,6%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 403,9 milhões** no trimestre.

Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (2T14)

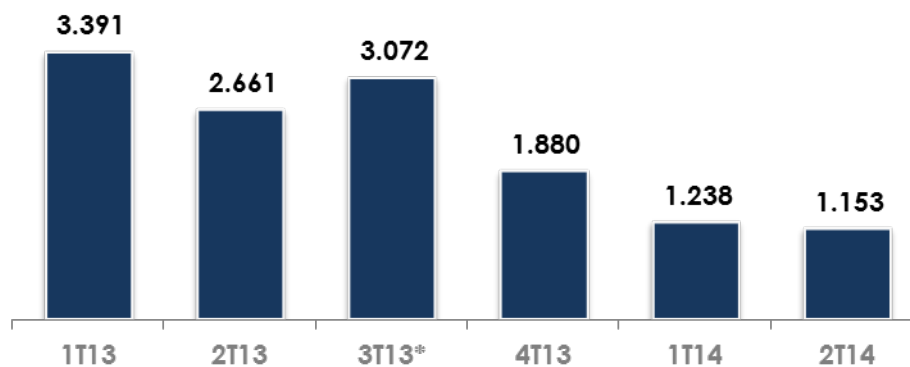


do Desempenho

Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária



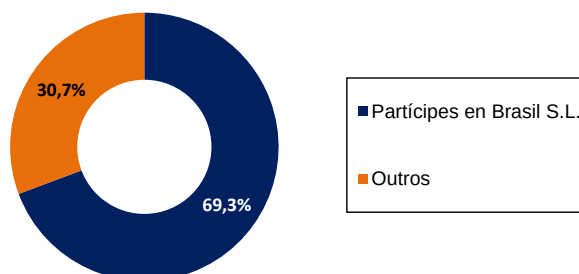
* Em Setembro de 2013 a Arteris realizou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), que resultou em uma diminuição do *free-float* da Companhia, influenciando o volume de negociação das ações desde então.

Média Diária	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Nº de Negócios	1.153	1.238	2.661	-6,9%	-56,7%
Nº de Ações Negociadas	369.622	358.202	1.038.903	3,2%	-64,4%
Volume Financeiro (R\$ milhões)	6,7	6,3	21,7	6,3%	-69,1%

do Desempenho

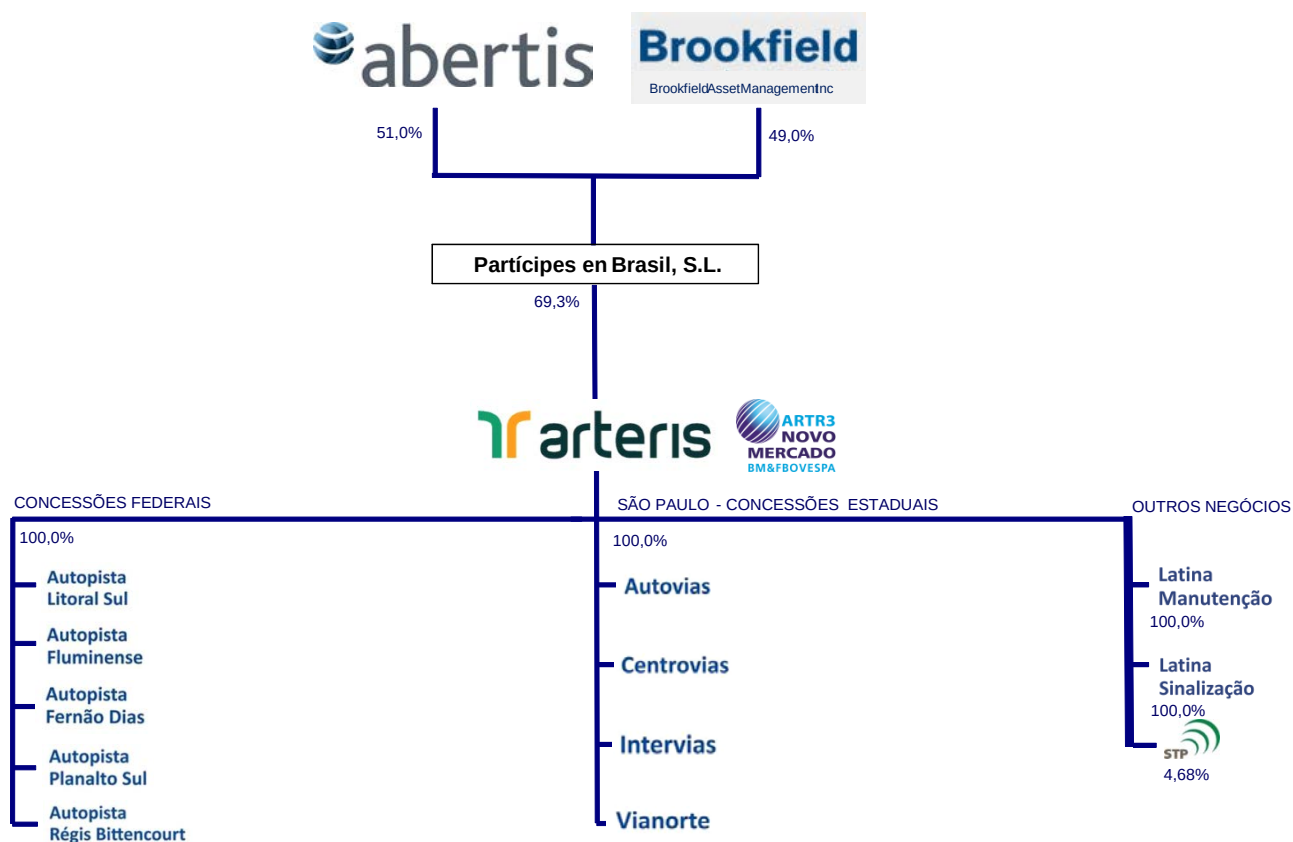
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 772,4 milhões em 30 de junho de 2014, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 30/06/2014

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	2T14	2T13	Var%	1S14	1S13	Var%
Estaduais	12.661	12.234	3,5%	12.632	12.183	3,7%
Autovias	12.172	11.691	4,1%	12.089	11.597	4,2%
Centrovias	14.715	14.014	5,0%	14.823	14.258	4,0%
Intervias	10.393	10.191	2,0%	10.341	10.080	2,6%
Vianorte	15.023	14.568	3,1%	14.977	14.396	4,0%
Federais	20.458	19.736	3,7%	21.477	20.690	3,8%
Planalto Sul	6.853	6.751	1,5%	6.981	6.746	3,5%
Fluminense	15.739	15.043	4,6%	16.620	15.644	6,2%
Fernão Dias	25.148	24.213	3,9%	25.398	24.590	3,3%
Régis Bittencourt	21.483	21.382	0,5%	22.313	22.081	1,0%
Litoral Sul	30.500	28.812	5,9%	33.786	32.069	5,4%
Total	17.705	17.088	3,6%	18.354	17.687	3,8%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: www.arteris.com.br.

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

**BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/06/14	31/03/14	30/06/13
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.105.266	1.283.907	320.043
Contas a receber	126.125	115.198	122.734
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	1
Estoques	9.598	9.662	9.277
Despesas antecipadas	14.009	8.421	7.122
Impostos a recuperar	36.257	22.226	25.277
Aplicações financeiras vinculadas	61.148	22.713	50.687
Outros créditos	7.652	5.051	4.473
Total do ativo circulante	1.360.055	1.467.178	539.614
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	74.221	67.461	64.432
Cauções contratuais	114	342	347
Impostos a recuperar	-	15.136	-
Despesas antecipadas	12	17	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	188.531	178.057	131.517
Depósitos judiciais	47.265	20.510	20.044
Outras contas a receber	235	235	208
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	52.142	41.169	48.346
Intangível	6.570.639	6.225.224	5.304.670
Total do ativo não circulante	6.934.212	6.549.204	5.570.618
TOTAL DO ATIVO	8.294.267	8.016.382	6.110.232
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	176.778	152.477	118.532
Debêntures	335.433	252.052	347.935
Fornecedores	150.772	129.648	109.035
Obrigações sociais	76.248	86.823	62.925
Obrigações fiscais	76.608	79.831	73.441
Contas a pagar - partes relacionadas	155	155	259
Cauções contratuais	53.708	45.914	40.467
Dividendos propostos	-	22.183	-
Credores pela concessão	73.748	71.485	70.380
Provisão para manutenção em rodovias	95.095	84.444	105.232
Provisão para investimentos em rodovias	84.618	82.126	55.633
Adiantamento seguros	33.451	39.266	43.760
Outras contas a pagar	18.144	11.024	13.130
Total do circulante	1.174.758	1.057.428	1.040.729
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.429.772	2.246.829	1.940.995
Debêntures	1.964.672	1.981.048	733.431
Credores pela concessão	192.068	207.137	236.064
Receita diferida	1.152	107	1.067
Imposto de renda e contribuição social diferidos	78.214	79.623	62.941
Provisão para manutenção em rodovias	431.141	418.140	308.411
Provisão para investimentos em rodovias	29.129	30.556	56.744
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	22.173	13.035	11.552
Outras contas a pagar	212	2.048	4.004
Total do exigível a longo prazo	5.148.533	4.978.523	3.355.209
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	873.822	772.417	772.417
Reserva legal	101.425	101.425	80.076
Reserva de lucros	1.018.000	1.128.860	884.072
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.970.976	1.980.431	1.714.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.294.267	8.016.382	6.110.232

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13	1S14	1S13	Var% 1S14/1S13
RECETA OPERACIONAL BRUTA	986.586	966.719	848.828	2,1%	16,2%	1.953.305	1.639.480	19,1%
Receitas de pedágio	581.434	575.235	558.475	1,1%	4,1%	1.156.669	1.094.990	5,6%
Estaduais	341.999	333.330	320.020	2,6%	6,9%	675.329	620.809	8,8%
Autovias	83.390	80.621	77.815	3,4%	7,2%	164.011	150.648	8,9%
Centrovias	88.134	87.179	81.486	1,1%	8,2%	175.313	160.319	9,4%
Intervias	93.175	91.138	88.241	2,2%	5,6%	184.313	170.286	8,2%
Vianorte	77.300	74.392	72.478	3,9%	6,7%	151.692	139.556	8,7%
Federais	239.435	241.905	238.455	-1,0%	0,4%	481.340	474.181	1,5%
Planalto Sul	26.791	27.545	25.718	-2,7%	4,2%	54.336	50.578	7,4%
Fluminense	40.322	38.136	38.203	5,7%	5,5%	78.458	77.058	1,8%
Fernão Dias	60.120	60.236	57.153	-0,2%	5,2%	120.356	112.422	7,1%
Régis Bittencourt	64.273	66.322	66.503	-3,1%	-3,4%	130.595	131.439	-0,6%
Litoral Sul	47.929	49.666	50.878	-3,5%	-5,8%	97.595	102.684	-5,0%
Outras receitas	(2.467)	13.793	(7.465)	-117,9%	-66,9%	11.326	19.866	-43,0%
Receitas de obras	407.619	377.691	297.818	7,9%	36,9%	785.310	524.624	49,7%
DEDUÇÕES DA RECETA	(40.792)	(61.659)	(53.457)	-33,8%	-23,7%	(102.451)	(105.988)	-3,3%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	945.794	905.060	795.371	4,5%	18,9%	1.850.854	1.533.492	20,7%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(685.392)	(620.432)	(525.973)	10,5%	30,3%	(1.305.824)	(1.007.257)	29,6%
LUCRO BRUTO	260.402	284.628	269.398	-8,5%	-3,3%	545.030	526.235	3,6%
DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS	(41.756)	(46.054)	(46.765)	-9,3%	-10,7%	(87.810)	(90.377)	-2,8%
Gerais e administrativas	(37.982)	(45.711)	(42.259)	-16,9%	-10,1%	(83.693)	(85.978)	-2,7%
Remuneração da administração	(4.066)	(5.251)	(4.953)	-22,6%	-17,9%	(9.317)	(9.371)	-0,6%
Despesas tributárias	(1.066)	(1.008)	(700)	5,8%	52,3%	(2.074)	(1.509)	37,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.358	5.916	1.147	-77,0%	18,4%	7.274	6.481	12,2%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(81.913)	(83.752)	(64.567)	-2,2%	26,9%	(165.665)	(134.868)	22,8%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	136.734	154.822	158.066	-11,7%	-13,5%	291.556	300.990	-3,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.785)	(53.964)	(51.134)	-17,0%	-12,4%	(98.749)	(101.334)	-2,6%
Corrente	(56.669)	(56.616)	(53.325)	0,1%	6,3%	(113.285)	(101.811)	11,3%
Diferido	11.884	2.652	2.191	348,1%	442,4%	14.536	477	2947,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	91.949	100.858	106.932	-8,8%	-14,0%	192.807	199.656	-3,4%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	30/06/14	30/06/13
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	192.808	199.656
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	158.540	133.766
Baixas de ativos imobilizados	6.811	1.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.536)	(477)
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	13.509	12.184
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(6.087)	(3.767)
Juros e variações monetárias de empréstimos	56.700	57.562
Juros e variações monetárias de debêntures	121.598	63.268
Despesas financeira AVP	16.581	12.773
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	11.308	3.208
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	39.993	71.151
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	584	(11.720)
Contas a receber - partes relacionadas	(5)	89
Estoques	(1.936)	(399)
Despesas antecipadas	(3.588)	1.962
Impostos a recuperar	(1.940)	(820)
Outros créditos	(1.956)	(1.992)
Cauções contratuais	217	261
Depósitos judiciais	(26.893)	(5.335)
Outras contas a receber	(18)	8
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(14.868)	(952)
Fornecedores - partes relacionadas	107	1
Cauções contratuais	5.581	-
Obrigações sociais	(3.651)	3.229
Obrigações fiscais	93.603	90.394
Imposto de renda e contribuição social pagos	(99.328)	(90.781)
Receita diferida	725	-
Adiantamentos para seguros	(6.168)	(10.334)
Outras contas a pagar	5.144	9.187
Credores pela concessão	(2.752)	56
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(922)	(1.832)
Pagamento de juros	(84.129)	(74.519)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	455.032	456.940
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(19.211)	(7.665)
Adições ao intangível	(745.424)	(531.897)
Aplicações financeiras vinculadas	(90.820)	(173.093)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	71.899	193.931
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(783.556)	(518.724)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	931.905	127.796
Pagamento de juros e principal	(270.004)	(282.427)
Pagamento de credores pela concessão	(34.434)	(32.419)
Pagamento de dividendos	(123.588)	(112.560)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	503.879	(299.610)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	175.355	(361.394)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	929.911	681.437
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.105.266	584.399

ANEXO 4

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - RECLASSIFICAÇÕES 1T14 E 2T14							
(Em milhares de reais)							
	1T14	Ajustes*	1T14 ajustado	2T14	Ajustes*	2T14 ajustado	1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	966.719	(7.105)	959.614	986.586	7.105	993.691	1.953.305
Receitas de pedágio	575.235		575.235	581.434	-	581.434	1.156.669
Outras receitas	13.793	(7.105)	6.688	(2.467)	7.105	4.638	11.326
Receitas de obras	377.691		377.691	407.619	-	407.619	785.310
					-	-	
DEDUÇÕES DA RECEITA	(61.659)	10.459	(51.200)	(40.792)	(10.459)	(51.251)	(102.451)
						-	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	3.354	908.414	945.794	(3.354)	942.440	1.850.854
						-	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(588.713)	(3.354)	(592.067)	(646.380)	3.354	(643.026)	(1.235.093)
						-	
Serviços de terceiros	(50.012)	839	(49.173)	(50.339)	(839)	(51.178)	(100.351)
Pessoal	(56.647)	3.027	(53.620)	(49.580)	(3.027)	(52.607)	(106.227)
Conservação	(26.460)		(26.460)	(25.526)	-	(25.526)	(51.986)
Verba de fiscalização	(9.613)		(9.613)	(9.707)	-	(9.707)	(19.320)
Custos com Poder Concedente	(5.317)		(5.317)	(5.436)	-	(5.436)	(10.753)
Seguros e garantias	(6.465)		(6.465)	(5.659)	-	(5.659)	(12.124)
Remuneração da administração	(5.251)	172	(5.079)	(4.066)	(172)	(4.238)	(9.317)
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.072)		(1.072)	(7.817)	-	(7.817)	(8.889)
Despesas tributárias	(1.008)	5	(1.003)	(1.066)	(5)	(1.071)	(2.074)
Outras despesas operacionais, liq.	(10.684)	(7.397)	(18.081)	(42.555)	7.397	(35.158)	(53.239)
Custo dos serviços de construção	(377.691)		(377.691)	(407.619)	-	(407.619)	(785.310)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(38.493)		(38.493)	(37.010)	-	(37.010)	(75.503)
EBITDA	316.347	-	316.347	299.414	-	299.414	615.761
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	100.858	-	100.858	91.950	-	91.950	192.808

* Os ajustes que ocorreram no 2T14 são inversos aos ajustes do 1T14, uma vez que o 1S14 já está contabilizado segundo o novo padrão, ou seja, os valores que foram ajustados no 2T14, foram provenientes dos efeitos dos novos critérios de classificação nos números do 1T14.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - RECLASSIFICAÇÕES 1T13, 2T13 E 1S13								
(Em milhares de reais)								
	1T13	Ajustes**	1T13 ajustado	2T13	Ajustes**	2T13 ajustado	1S13	1S13 ajustado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	790.652	(21.249)	769.403	848.828	11.405	860.233	1.639.480	1.629.636
Receitas de pedágio	536.515		536.515	558.475	-	558.475	1.094.990	1.094.990
Outras receitas	27.331	(21.249)	6.082	(7.465)	11.405	3.940	19.866	10.022
Receitas de obras	226.806		226.806	297.818	-	297.818	524.624	524.624
						-	-	
DEDUÇÕES DA RECEITA	(52.531)	4.487	(48.044)	(53.457)	5.435	(48.022)	(105.988)	(96.066)
						-	-	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.121	(16.762)	721.359	795.371	16.840	812.211	1.533.492	1.533.570
						-	-	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(459.282)	16.762	(442.520)	(504.586)	(16.840)	(521.426)	(963.868)	(963.946)
						-	-	
Serviços de terceiros	(45.796)	1.101	(44.695)	(48.007)	1.021	(46.986)	(93.803)	2.122
Pessoal	(49.325)	2.835	(46.490)	(54.096)	3.094	(51.002)	(103.421)	5.929
Conservação	(23.737)		(23.737)	(24.571)	-	(24.571)	(48.308)	-
Verba de fiscalização	(9.097)		(9.097)	(9.184)	-	(9.184)	(18.281)	-
Custos com Poder Concedente	(9.323)		(9.323)	(9.965)	-	(9.965)	(19.288)	-
Seguros e garantias	(5.813)		(5.813)	(4.488)	-	(4.488)	(10.301)	-
Remuneração da administração	(4.418)	172	(4.246)	(4.953)	182	(4.771)	(9.371)	354
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.169)		(1.169)	(1.114)	-	(1.114)	(2.283)	-
Despesas tributárias	(809)	-	(809)	(700)	12	(688)	(1.509)	12
Outras despesas operacionais, liq.	(34.095)	12.654	(21.441)	5.178	(21.149)	(15.971)	(28.917)	(8.495)
Custo dos serviços de construção	(226.806)		(226.806)	(297.818)	-	(297.818)	(524.624)	-
Provisão p/ manutenção em rodovias	(48.894)		(48.894)	(54.868)	-	(54.868)	(103.762)	-
						-	-	
EBITDA	278.839	-	278.839	290.785	-	290.785	569.624	569.624
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	92.724		92.724	106.932		106.932	199.656	199.656

** Ajustes proforma para tornar a base de 2013 comparável aos novos critérios adotados no 2T14.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - BASE COMPARÁVEIS 2013/2014

(Em milhares de reais)

	2T14 ajustado	2T13 ajustado	Var. 2T14ajus./ 2T13ajust.	1S14	1S13 ajust.	Var.1S13 ajust./1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	993.691	860.233	15,5%	1.953.305	1.629.636	19,9%
Receitas de pedágio	581.434	558.475	4,1%	1.156.669	1.094.990	5,6%
Outras receitas	4.638	3.940	17,7%	11.326	10.022	13,0%
Receitas de obras	407.619	297.818	36,9%	785.310	524.624	49,7%
	-	-				
DEDUÇÕES DA RECEITA	(51.251)	(48.022)	6,7%	(102.451)	(96.066)	6,6%
	-	-				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	942.440	812.211	16,0%	1.850.854	1.533.570	20,7%
	-	-				
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(643.026)	(521.426)	23,3%	(1.235.093)	(963.946)	28,1%
	-	-				
Serviços de terceiros	(51.178)	(46.986)	8,9%	(100.351)	(91.681)	9,5%
Pessoal	(52.607)	(51.002)	3,1%	(106.227)	(97.492)	9,0%
Conservação	(25.526)	(24.571)	3,9%	(51.986)	(48.308)	7,6%
Verba de fiscalização	(9.707)	(9.184)	5,7%	(19.320)	(18.281)	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.436)	(9.965)	-45,4%	(10.753)	(19.288)	-44,3%
Seguros e garantias	(5.659)	(4.488)	26,1%	(12.124)	(10.301)	17,7%
Remuneração da administração	(4.238)	(4.771)	-11,2%	(9.317)	(9.017)	3,3%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(7.817)	(1.114)	601,7%	(8.889)	(2.283)	289,4%
Despesas tributárias	(1.071)	(688)	55,7%	(2.074)	(1.497)	38,5%
Outras despesas operacionais, líq.	(35.158)	(15.971)	120,1%	(53.239)	(37.412)	42,3%
Custo dos serviços de construção	(407.619)	(297.818)	36,9%	(785.310)	(524.624)	49,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(37.010)	(54.868)	-32,5%	(75.503)	(103.762)	-27,2%
		-				
EBITDA	299.414	290.785	3,0%	615.761	569.624	8,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	91.950	106.932	-14,0%	192.808	199.656	-3,4%

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Opções por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As informações trimestrais da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre e ao semestre findos em 30 de junho de 2014 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998.

No semestre e no trimestre findos em 30 de junho de 2014, não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 06 de agosto de 2014.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de junho de 2014, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2014 não ocorreram mudanças nas concessões, em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

Concessionárias estaduais

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificado:

Natureza dos custos	30.06.2014				Total
	<u>Autovias</u> Previsão de 2014 a 2018	<u>Centrovias</u> Previsão de 2014 a 2019	<u>Intervias</u> Previsão de 2014 a 2028	<u>Vianorte</u> Previsão de 2014 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	26.943	14.090	435.323	6.481	482.837
Conserva especial	<u>238.829</u>	<u>170.168</u>	<u>286.180</u>	<u>149.321</u>	<u>844.498</u>
	265.772	184.258	721.503	155.802	1.327.335

Notas Explicativas

Concessionárias Federais

Em decorrência dos modelos de contratos de concessão federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	34.459
Fluminense	2.665	49.747
Fernão Dias	7.916	147.765
Régis Bittencourt	8.436	157.472
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>119.915</u>
	<u>27.287</u>	<u>509.358</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificado:

Natureza dos custos	30.06.2014 <u>Previsão de 2014 a 2033</u>					<u>Total</u>
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	128.924	360.803	319.867	881.138	438.082	2.128.814
Recuperações/Manutenções	<u>341.242</u>	<u>418.311</u>	<u>749.013</u>	<u>620.367</u>	<u>648.446</u>	<u>2.777.379</u>
Total	<u>470.166</u>	<u>779.114</u>	<u>1.068.880</u>	<u>1.501.505</u>	<u>1.086.528</u>	<u>4.906.193</u>

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais individuais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As informações trimestrais consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas

Notas Explicativas

interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	86.517	70.738
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>84.618</u>	<u>68.489</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.899</u>	<u>2.249</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	98.519	72.784
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>95.095</u>	<u>71.043</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.424</u>	<u>1.741</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	76.016	72.229
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>73.748</u>	<u>70.299</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.268</u>	<u>1.930</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	34.657	51.062
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>29.129</u>	<u>43.151</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>5.528</u>	<u>7.911</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	518.092	480.635
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>431.141</u>	<u>401.395</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>86.953</u>	<u>79.240</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	217.476	248.025
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>192.068</u>	<u>216.540</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>25.408</u>	<u>31.485</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2014, foram implantados pela Sociedade, quando

Notas Explicativas

aplicável, em suas informações de 30 de junho de 2014, e não apresentam efeitos relevantes que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	289	1.138	19.681	18.417
Aplicações financeiras (*)	<u>17.617</u>	<u>184.304</u>	<u>1.085.585</u>	<u>911.494</u>
Total	<u>17.906</u>	<u>185.442</u>	<u>1.105.266</u>	<u>929.911</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	5.402	8.191
Debêntures compromissadas	-	-	39.479	35.524
Fundos de investimentos	<u>17.617</u>	<u>184.304</u>	<u>1.040.704</u>	<u>867.779</u>
Total	<u>17.617</u>	<u>184.304</u>	<u>1.085.585</u>	<u>911.494</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,40% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	118.888	119.714
Cupons de pedágio a receber	3.684	4.893
Cartões de pedágio a receber	2.099	880
Receitas acessórias a receber	<u>1.454</u>	<u>1.222</u>
	<u>126.125</u>	<u>126.709</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	79.230	36.787
Provisão de participação nos lucros	7.977	11.248
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	11.860	9.588
Direito de concessão incorporado (c)	(20.034)	(20.916)
Ágio incorporado da SPR (d)	8.464	11.849
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	405.265	329.469
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	45.808	116.215
Ajuste dos encargos financeiros	15.358	11.425
Estorno de capitalização de juros	578	536
Base de cálculo	<u>554.506</u>	<u>506.201</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>188.532</u>	<u>172.108</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(47.283)	(9.678)
Provisão de participação nos lucros	(3.646)	(4.402)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(10.216)	(1.985)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	(115.867)	(99.276)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	420.336	354.111
Ajuste dos encargos financeiros	(12.747)	(13.897)
Estorno de capitalização de juros	(535)	(384)
Base de cálculo	<u>230.042</u>	<u>224.489</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>78.214</u>	<u>76.326</u>

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

Notas Explicativas

- (d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (e) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos, por tratar-se de uma sociedade administrativa (holding), sem resultado operacional tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados, constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante

2015 (após junho)	45.001
2016	45.977
2017	32.475
2018	25.007
Após 2019	<u>40.072</u>
	<u>188.532</u>

Passivo não circulante

2015 (após junho)	3.169
2016	3.168
2017	3.298
2018	3.432
Após 2019	<u>65.147</u>
	<u>78.214</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos e debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para

Notas Explicativas

fazer frente ao pagamento do principal e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de junho de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média a 94,8% da variação do CDI.

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais (entre 43% e 50% da arrecadação das praças de pedágio). Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais da Sociedade devem manter depositado em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No período findo em 30 de junho de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média a 98,96% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	61.148	-	47.383	-
BNDES	-	74.221	-	63.604
	<u>61.148</u>	<u>74.221</u>	<u>47.383</u>	<u>63.604</u>

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como seguem:

	<u>30.06.2014</u>						
	Ações Ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	183.847	815.477	631.630	184.335	46.629
Centrovias	101.483.834	100%	146.796	854.023	707.227	163.954	59.984
Intervias	4.352.285	100%	195.383	955.240	759.857	185.031	70.040
Vianorte	1.132.038	100%	156.472	692.347	535.875	151.559	39.381
Planalto Sul	200.590.574	100%	191.540	734.524	542.984	123.824	(4.996)
Fluminense	137.154.799	100%	236.645	1.002.484	765.839	239.436	(293)
Fernão Dias	330.036.941	100%	307.418	1.419.710	1.112.292	201.564	(13.347)
Régis Bittencourt	170.516.508	100%	418.239	1.600.476	1.182.237	328.908	6.750
Litoral Sul	190.871.174	100%	258.063	1.259.152	1.001.089	272.243	(3.912)
Paulista (*)	-	-	-	-	-	-	(42)
Latina Manutenção (**)	2.113.205	100%	39.034	123.182	84.148	228.454	(5.269)
Latina Sinalização (**)	250.000	100%	13.675	18.409	4.734	18.089	2.281

(*) A Paulista foi incorporada pela Latina Manutenção em abril de 2014.

(**) Cotas.

Notas Explicativas

	31.12.2013						
	Ações Ordinárias	Participação o capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	188.769	797.907	609.138	334.581	92.099
Centrovias	101.483.834	100%	147.038	533.159	386.121	323.841	112.163
Intervias	4.352.285	100%	200.863	948.406	747.543	356.157	138.783
Vianorte	1.132.038	100%	155.386	590.051	434.665	293.167	67.381
Planalto Sul	159.417.665	100%	156.536	631.060	474.524	218.081	(6.446)
Fluminense	105.745.395	100%	182.723	823.129	640.406	414.839	17.749
Fernão Dias	298.681.400	100%	290.765	1.289.290	998.525	480.470	(6.174)
Régis Bittencourt	138.326.717	100%	343.814	1.333.606	989.792	499.596	32.317
Litoral Sul	190.854.749	100%	259.232	1.067.530	808.298	458.105	11.547
Paulista (*)	500.000	100%	1.905	8.940	7.035	-	(132)
Latina							
Manutenção (*)	250.000	100%	42.439	119.157	76.718	474.571	2.374
Latina							
Sinalização (*)	250.000	100%	18.394	21.974	3.580	43.704	4.495

(*) Cotas.

A movimentação dos saldos de investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2014 é como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Incorporação da Paulista	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldos em 30.06.2014
Autovias	188.769	-	-	(51.551)	46.629	183.847
Centrovias	147.038	-	-	(60.226)	59.984	146.796
Intervias	200.863	-	-	(75.520)	70.040	195.383
Vianorte	155.386	-	-	(38.295)	39.381	156.472
Planalto Sul	156.536	-	40.000	-	(4.996)	191.540
Fluminense	182.723	-	54.215	-	(293)	236.645
Fernão Dias	290.765	-	30.000	-	(13.347)	307.418
Régis Bittencourt	343.814	-	67.675	-	6.750	418.239
Litoral Sul	259.232	-	2.743	-	(3.912)	258.063
Paulista	1.905	(1.863)	-	-	(42)	-
Latina Manutenção	42.440	1.863	-	-	(5.269)	39.034
Latina Sinalização	18.394	-	-	(7.000)	2.281	13.675
Serviço e Tecnologia de pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	-	19
Total	<u>1.988.918</u>	<u>-</u>	<u>194.633</u>	<u>(232.592)</u>	<u>197.206</u>	<u>2.148.165</u>

Em 14 de abril de 2014 foi aprovada a incorporação da Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. ("Paulista") pela Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), ambas as sociedades controladas pela Arteris. A incorporação da Paulista pela Latina Manutenção integra projeto de reorganização societária do grupo, o qual visa à melhor organização das suas atividades, ao aumento de eficiência econômica e ganho de sinergias, diminuição de custos operacionais e financeiros e simplificação da estrutura societária.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Saldos em 31.12.2012	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/divide ndos	Equivalência patrimonial do exercício	Saldos em 31.12.2013
Autovias	173.743	-	(77.073)	92.099	188.769
Centrovias	120.476	2.121	(87.722)	112.163	147.038
Intervias	190.702	-	(128.622)	138.783	200.863
Vianorte	123.902	-	(35.897)	67.381	155.386
Planalto Sul	162.982	-	-	(6.446)	156.536
Fluminense	119.083	50.106	(4.215)	17.749	182.723
Fernão Dias	256.939	40.000	-	(6.174)	290.765
Régis Bittencourt	257.830	61.342	(7.675)	32.317	343.814
Litoral Sul	247.035	3.391	(2.741)	11.547	259.232
Paulista	2.037	-	-	(132)	1.905
Latina Manutenção	40.066	-	-	2.374	42.440
Latina Sinalização	13.899	-	-	4.495	18.394
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.709.747</u>	<u>156.960</u>	<u>(343.945)</u>	<u>466.156</u>	<u>1.988.918</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	<u>Controladora</u>					
	Móveis Utensílios e <u>Instalações</u>	Instalações, Edifícios e <u>Dependências</u>	Benfeitorias em Bens de <u>Terceiros</u>	Outras <u>imobilizações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2013	2.650	2.782	2.711	2.309	586	11.038
Adições	529	-	3.646	749	-	4.924
Alienações/baixas	-	-	(2.223)	-	-	(2.223)
Saldo em 30.06.2014	<u>3.179</u>	<u>2.782</u>	<u>4.134</u>	<u>3.058</u>	<u>586</u>	<u>13.739</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(2.132)	(1.064)	(2.177)	(569)	-	(5.942)
Depreciação	(173)	(74)	(363)	(276)	-	(886)
Alienações/baixas	-	-	2.139	-	-	2.139
Saldo em 30.06.2014	<u>(2.305)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(401)</u>	<u>(845)</u>	<u>-</u>	<u>(4.689)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	518	1.718	533	1.740	586	5.095
Saldo em 30.06.2014	874	1.644	3.733	2.213	586	9.050
Taxas de depreciação - %	10	4	20	10	-	-

Notas Explicativas

<u>Consolidado</u>							
<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Outras Imobilizações</u>
							<u>Imobilizado em Andamento</u>
							<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	16.785	7.019	16.335	19.373	586	26.365	2.415
Adições	1.314	909	3.463	3.929	-	2.181	757
Transferências / Reclasseificações (a)	49	-	(1.807)	(8.135)	-	(1.457)	-
Alienações/baixas	(87)	(21)	(70)	(2.223)	-	(9)	(1)
Saldo em 30.06.2014	18.061	7.907	17.921	12.944	586	27.080	3.171
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(9.658)	(5.102)	(10.256)	(5.508)	-	(11.671)	-
Depreciação	(890)	(438)	(1.302)	(743)	-	(1.459)	-
Transferências / Reclasseificações	1	2	(1)	728	-	(12)	-
Alienações/baixas	58	6	22	2.139	-	(65)	2
Saldo em 30.06.2014	(10.489)	(5.532)	(11.537)	(3.384)	-	(13.207)	(885)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	7.127	1.917	6.079	13.865	586	14.694	1.810
Saldo em 30.06.2014	7.572	2.373	6.384	9.559	586	13.873	2.286
Taxas de depreciação - %	10	20	20	13	-	12	16,67
							-

(a) Refere-se à transferência de imobilizado para intangível devido à desapropriação de imóvel de terceiro onde se localiza a sede administrativa da Régis Bittencourt, passando o local a ser de domínio do Poder Concedente, como sendo parte da faixa de domínio.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	<u>Controladora</u>		
<u>Custo do intangível:</u>	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	1.465	-	1.465
Adições	<u>55</u>	<u>4.244</u>	<u>4.299</u>
Saldo em 30.06.2014	1.520	4.244	5.764
<u>Amortização acumulada:</u>			
Saldo em 31.12.2013	(806)	-	(806)
Amortização	<u>(139)</u>	-	<u>(139)</u>
Saldo em 30.06.2014	(945)	-	(945)
<u>Intangível líquido:</u>			
Saldo em 31.12.2013	659	-	659
Saldo em 30.06.2014	575	4.244	4.819
Taxa de amortização	20%		

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de Exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível								
Saldo em 31.12.2013	6.224.431	351.939	144.380	20.275	9.997	1.173.983	3.452	7.928.457
Adições	232.452	-	-	2.665	-	584.418	291	819.826
Transferências/Reclassificações	243.653	-	-	80	-	(234.052)	(1.483)	8.198
Alienações/baixas	(275)	-	-	(229)	-	(6.316)	(50)	(6.870)
Saldo em 30.06.2014	<u>6.700.261</u>	<u>351.939</u>	<u>144.380</u>	<u>22.791</u>	<u>9.997</u>	<u>1.518.033</u>	<u>(2.210)</u>	<u>8.749.611</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2013	(1.714.222)	(219.649)	(76.388)	(11.670)	(3.059)	-	-	(2.024.988)
Amortização	(133.698)	(17.105)	(959)	(1.094)	(570)	-	-	(153.426)
Transferências/Reclassificações	(729)			(146)				(875)
Alienações/baixas	165	-	-	152	-	-	-	317
Saldo em 30.06.2014	<u>(1.848.484)</u>	<u>(236.754)</u>	<u>(77.347)</u>	<u>(12.758)</u>	<u>(3.629)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.178.972)</u>
Intangível líquido								
Saldo em 31.12.2013	4.510.209	132.290	67.992	8.605	6.938	1.173.983	3.452	5.903.469
Saldo em 30.06.2014	4.851.777	115.185	67.033	10.033	6.368	1.518.033	(2.210)	6.570.639

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	165.723	134.103
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	2.463
Financiamento de equipamentos - Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	-	29
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	206	344
Financiamento de equipamentos - Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	3.720	3.569
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	2.032	2.439
Capital de giro - Construtoras (e)	112,5% CDI	5.091	-
Financiamento de Veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	6	42
		<u>176.778</u>	<u>142.989</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	2.417.874	2.143.257
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	1.013
Financiamento de equipamentos - Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	-	92
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	-	50
Financiamento de equipamentos - Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	1.350	3.232
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	693	1.346
Capital de giro - Construtoras (e)	112,5% CDI	9.855	-
		<u>2.429.772</u>	<u>2.148.990</u>
		<u>2.606.550</u>	<u>2.291.979</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Notas Explicativas

(c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.

(d) Cédulas de crédito bancário celebrado com instituição financeira para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

(e) Capital de giro para as atividades operacionais da Latina Manutenção.

Em 30 de junho de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2015 (após junho)	111.862
2016	191.456
2017	211.108
2018	221.503
Após 2019	<u>1.693.843</u>
	<u>2.429.772</u>

Em 30 de junho de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e no não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

As debêntures estão representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	Controladora	
				30.06.2014	31.12.2013
				Não circulante	Não circulante
1ª emissão (c)	<u>20.000</u>	CDI + 1,40% a.a.	Julho /2015	<u>216.665</u>	<u>205.022</u>
	<u>20.000</u>			<u>216.665</u>	<u>205.022</u>

Notas ExplicativasConsolidado

				30.06.2014		31.12.2013	
	Quantidade emitida unitária	Taxas Contratuais (%)	Vencimentos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Arteris:							
1ª emissão (c)	20.000	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	216.665	-	205.022
	20.000			-	216.665	-	205.022
Autovias:							
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	56.648	101.418	9.461	148.675
3ª emissão (b)	30.000	CDI + 0,83%a.a.	Agosto/2017	59.475	252.000	726	300.000
	150.000	-		116.123	353.418	10.187	448.675
Custo de transação				(721)	(756)	(760)	(1.096)
				115.402	352.662	9.427	447.579
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Março/2015	-	-	67.690	16.847
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	54.949	103.117	9.460	148.676
2ª emissão (e)	40.000	CDI + 0,99%a.a.	Junho/2018	69.405	342.880	-	-
	446.131			124.354	445.997	77.150	165.523
Custo de transação				(1.066)	(1.295)	(412)	(294)
				123.288	444.702	76.738	165.229
Intervias:							
3ª emissão (b)	60.000	CDI + 1,09%a.a.	Setembro/ 2018	17.772	600.000	16.234	600.000
	60.000			17.772	600.000	16.234	600.000
Custo de transação				(756)	(1.750)	(756)	(2.129)
				17.016	598.250	15.478	597.871
Vianorte:							
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Março/2015	-	-	36.379	9.054
2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	45.791	85.931	7.880	123.834
2ª emissão (e)	15.000	CDI + 0,86%a.a.	Março/2017	34.553	120.000	-	-
	403.776			80.344	205.931	44.259	132.888
Custo de transação				(511)	(439)	(300)	(250)
				79.833	205.492	43.959	132.638

Notas Explicativas**Planalto Sul:**

1ª emissão (d)	<u>1.390</u>	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	<u>15.058</u>	-	<u>14.250</u>
	<u>1.390</u>			=	<u>15.058</u>	-	<u>14.250</u>
Custo de transação				=	-	(20)	(13)
				=	<u>15.058</u>	(20)	<u>14.237</u>

Fluminense:

1ª emissão (d)	<u>2.250</u>	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	<u>24.377</u>	-	<u>23.065</u>
	<u>2.250</u>			=	<u>24.377</u>	-	<u>23.065</u>
Custo de transação				(31)	-	(31)	(15)
				(31)	<u>24.377</u>	(31)	<u>23.050</u>

Fernão Dias

1ª emissão (d)	<u>3.370</u>	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	<u>36.508</u>	-	<u>34.546</u>
	<u>3.370</u>			=	<u>36.508</u>	-	<u>34.546</u>
Custo de transação				(19)	-	-	(32)
				(19)	<u>36.508</u>	-	<u>34.514</u>

Régis Bittencourt

1ª emissão (d)	<u>3.940</u>	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	<u>42.683</u>	-	<u>40.389</u>
	<u>3.940</u>			=	<u>42.683</u>	-	<u>40.389</u>
				=	<u>42.683</u>	-	<u>40.389</u>

Litoral Sul:

1ª emissão (d)	<u>2.610</u>	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	-	<u>28.275</u>	-	<u>26.756</u>
	<u>2.610</u>			-	<u>28.275</u>	-	<u>26.756</u>
Custo de transação				(56)	-	(58)	(29)
				(56)	<u>28.275</u>	(58)	<u>26.727</u>

Total				<u>335.433</u>	<u>1.964.672</u>	<u>145.493</u>	<u>1.687.256</u>
--------------	--	--	--	----------------	------------------	----------------	------------------

- (a) 1ª emissão - 1ª e 2ª série de debêntures das estaduais de 15 de março de 2010 com valor real unitário de R\$1 cada uma.
- (b) 3ª emissão de debêntures da Intervias emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário de R\$10 cada uma, e a 3ª emissão de debêntures da Autovias emitidas em dezembro de 2013 com valor real unitário de R\$10 cada uma.
- (c) 1ª emissão da Controladora emitida em 04 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$ 10 cada uma.
- (d) 1ª emissão de debêntures das federais emitidas em 04 de outubro de 2013 com valor real e unitário de R\$10 cada uma.
- (e) 2ª emissão de debêntures das estaduais Centrovias e Vianorte emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário de R\$ 10 para a Centrovias e R\$10 para a Vianorte.

Notas Explicativas

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão - Estaduais				
1ª Série	15.03.10	439.907	26.04.10	444.799
2ª Série	15.03.10	340.000	27.04.10	345.382
3ª Emissão - Estaduais	25.09.13 e 18.12.13	900.000	07.10.13 e 26.12.13	902.168
1ª Emissão - Federais	04.10.13	135.600	08.10.13	135.677
1ª Emissão - Controladora	04.10.13	20.000	08.10.13	20.016
2ª Emissão – Estaduais	20.03.14	<u>550.000</u>	25.03.14	<u>550.722</u>
		<u>2.385.507</u>	=	<u>2.398.764</u>

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e está sendo amortizada trimestralmente desde 22 de novembro de 2011.

A 1ª e 2ª série de debêntures das concessionárias Autovias e Intervias e a 1ª série de debêntures das concessionárias Centrovias e Vianorte foram liquidadas antes do previsto devido ao refinanciamento através das novas emissões, conforme itens “b” e “e”, e acima, respectivamente.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Autovias será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 18 de fevereiro de 2014 e a amortização do principal será em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2015.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão das concessionárias federais e da Controladora será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão das concessionárias estaduais será paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março sendo amortizada semestralmente após 1 ano de carência nos meses de março e setembro para a concessionária Vianorte. E semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, com os demais pagamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo amortizada semestralmente a partir 20 de junho de 2015 para a concessionária Centrovias.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015 (após junho)	714.666
2016	612.895
2017	579.990
2018	<u>57.121</u>
	<u>1.964.672</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série das concessionárias estaduais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2014, as controladas da Sociedade, emissoras das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº8.

As debêntures da 1ª emissão da Controladora e das concessionárias federais, da 2ª emissão da Centrovias e Vianorte e da 3ª emissão da Autovias e Intervias contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas, emissoras das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures das concessionárias federais, estaduais e Controladora emitidas em 2013 e 2014 são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos

Notas Explicativas

Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.

3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo circulante		
Contas a receber - partes relacionadas:		
Controladas:		
Autovias (a)	527	269
Centrovias (a)	578	270
Intervias (a)	621	267
Vianorte (a)	514	267
Planalto Sul (b)	62	453
Fluminense (b)	267	621
Fernão Dias (b)	393	599
Régis Bittencourt (b)	-	892
Litoral Sul (b)	-	693
Latina Manutenção (b)	853	126
Latina Sinalização (b)	79	120
Autovias (e)	1.685	1.716
Centrovias (e)	1.165	1.218
Intervias (e)	1.687	1.763
Planalto Sul (c)	13.351	8.592
Fluminense (c)	10.262	5.415
Fernão Dias (c)	24.650	17.412
Régis Bittencourt (c)	12.041	9.908
Litoral Sul (c)	<u>18.918</u>	<u>9.626</u>
Total	<u>87.653</u>	<u>60.227</u>

Notas Explicativas

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Fluminense	-	4.215
Régis Bittencourt	-	7.675
Litoral Sul	-	2.742
Total	-	<u>14.632</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber partes relacionadas:		
Planalto Sul (c)	154.516	151.483
Fluminense (c)	162.519	100.418
Fernão Dias (c)	327.090	235.227
Régis Bittencourt (c)	131.761	127.471
Litoral Sul (c)	326.433	173.227
Total	<u>1.102.319</u>	<u>787.826</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimos e financiamentos a controladas:		
Autovias (d)	24.350	18.275
Centrovias (d)	15.318	9.840
Intervias (d)	27.325	22.485
Vianorte (d)	15.329	10.075
Total	<u>82.322</u>	<u>60.675</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
Participes em Brasil S.L.	155	154	155	154
Controladas:				
Centrovias (b)	-	12	-	-
Intervias (b)	-	33	-	-
Régis Bittencourt	245	-	-	-
Litoral Sul	376	-	-	-
Latina Sinalização	-	2	-	-
Total	<u>776</u>	<u>201</u>	<u>155</u>	<u>154</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimos e financiamentos de controladas:		
Autovias (d)	343.664	235.955
Centrovias (d)	257.452	149.361
Intervias (d)	298.997	289.261
Vianorte (d)	156.921	154.000
Total	<u>1.057.034</u>	<u>828.577</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a

Notas Explicativas

Sociedade adotou em 2014 um novo critério de rateio dos custos imputáveis a todas as empresas do Grupo. Este critério ajusta os percentuais rateados de custos que são distribuídos em base à receita das empresas do Grupo. Esta mudança não altera o resultado operacional consolidado.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2015. No período findo em 30 de junho de 2014, foram efetuados novos mútuos com as controladas Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul nos valores de R\$40.000, R\$45.000 e R\$65.000, respectivamente, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4%a.a..
- (d) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015. No período findo em 30 de junho de 2014, foram efetuados novos mútuos com a controlada Autovias no valor de R\$30.000, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a.a..
- (e) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

	Controladora			
	30.06.2014		30.06.2013	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas (despesas) financeiras líquidas:				
Controladas:				
Autovias	(9.097)	(16.216)	(5.011)	(9.070)
Centrovias	(5.696)	(10.081)	(2.409)	(3.638)
Intervias	(8.849)	(17.149)	(6.030)	(11.454)
Vianorte	(4.949)	(9.618)	(2.672)	(3.436)
Planalto Sul	4.730	9.167	2.246	3.567
Fluminense	4.529	8.175	1.301	2.472
Fernão Dias	8.687	16.589	4.505	8.073
Régis Bittencourt	3.900	7.557	2.657	5.048
Litoral Sul	8.703	14.705	2.024	3.772
Total	<u>1.958</u>	<u>3.129</u>	<u>(3.389)</u>	<u>(4.666)</u>

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$2.862 (R\$4.867 em 30 de junho de 2013) na controladora e R\$9.317 (R\$9.371 em 30 de junho de 2013) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Notas Explicativas

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2014, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$4.018 na controladora e R\$12.171 no consolidado.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade e de suas controladas. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em Junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e as Concessionárias concordaram com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para

Notas Explicativas

verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013. Em 30 de junho de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,17% para a Autovias, 5,04% para Centrovias, 4,67% para a Intervias e 5,58% para a Vianorte. A Sociedade não concorda com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e está tomando as medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
<u>Circulante</u>		<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autovias	Direito de outorga	7.617	7.219	7.820	7.414
	Parcela variável (a)	399	418	399	418
Centrovias	Direito de outorga	11.396	10.802	11.700	11.093
	Parcela variável (a)	432	462	432	462
Intervias	Direito de outorga	6.754	6.640	7.281	6.903
	Parcela variável (b)	540	537	540	537
Vianorte	Direito de outorga	46.234	43.825	47.468	45.006
	Parcela variável (a)	<u>376</u>	<u>396</u>	<u>376</u>	<u>396</u>
Total		<u>73.748</u>	<u>70.299</u>	<u>76.016</u>	<u>72.229</u>

		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
<u>Não circulante</u>		<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>

Notas Explicativas

Autovias	Direito de outorga	21.646	24.176	24.579	27.780
Centrovias	Direito de outorga	30.233	33.910	34.126	38.735
Intervias	Direito de outorga	28.214	30.189	33.128	35.864
Vianorte	Direito de outorga	<u>111.975</u>	<u>128.265</u>	<u>125.643</u>	<u>145.646</u>
Total		<u>192.068</u>	<u>216.540</u>	<u>217.476</u>	<u>248.025</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não incluiu os pagamentos efetuados em novembro de 2013 referentes à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u> <u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	12	38	50
Centrovias	12	35	47
Intervias	12	55	67
Vianorte	12	32	44

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2014 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Fixa</u>	<u>Outorga</u> <u>Variável</u>	<u>Valor pago</u>
Autovias	3.624	2.501	6.125
Centrovias	5.425	2.683	8.108
Intervias	3.376	3.328	6.704
Vianorte	<u>22.009</u>	<u>2.310</u>	<u>24.319</u>
Total	<u>34.434</u>	<u>10.822</u>	<u>45.256</u>

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015	36.903
2016	73.806
2017	81.659
2018	17.278
Após 2019	<u>7.830</u>
	<u>217.476</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2014</u>
Cíveis	5.858	13.543	(3.298)	(723)	15.380
Trabalhistas	<u>5.929</u>	<u>4.653</u>	<u>(3.590)</u>	<u>(199)</u>	<u>6.793</u>
Total	<u>11.787</u>	<u>18.196</u>	<u>(6.888)</u>	<u>(922)</u>	<u>22.173</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$6.591 e R\$4.851, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2014 (R\$8.443 e R\$3.757 em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$8.896 milhões referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$47.265 (R\$20.372 em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as

Notas Explicativas

quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$23.308 milhões, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentaram fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	71.043	68.489	401.395	43.151
Adições	-	-	54.923	-
Utilizações	(14.929)	(738)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.440	13.804	1.405
Transferências	<u>38.981</u>	<u>15.427</u>	<u>(38.981)</u>	<u>(15.427)</u>
Saldos em 30.06.2014	<u>95.095</u>	<u>84.618</u>	<u>431.141</u>	<u>29.129</u>

Os pagamentos efetuados no semestre findo em 30 de junho de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$37.212.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2014 é de R\$ 873.822 (R\$772.417 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 344.444.440 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2014</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	238.563.304	69,26
Conselho de Administração	5	0,00
Outros	<u>105.881.131</u>	<u>30,74</u>
Total	<u>344.444.440</u>	<u>100,00</u>

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014, o aumento do capital social com reserva de lucros no valor de R\$101.405, sem a emissão de novas ações.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (Controladora):

Notas Explicativas

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014, a distribuição de dividendos adicional no valor de R\$101.405.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita de serviços prestados	581.434	1.156.669	558.475	1.094.990
Receita de serviços de construção	407.619	785.310	297.818	524.624
Outras receitas	<u>(2.467)</u>	<u>11.326</u>	<u>(7.465)</u>	<u>19.866</u>
	<u>986.586</u>	<u>1.953.305</u>	<u>848.828</u>	<u>1.639.480</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita bruta	986.586	1.953.305	848.828	1.639.480
ISSQN	(23.920)	(58.370)	(32.851)	(63.714)
PIS	(5.778)	(10.573)	(3.854)	(7.515)
COFINS	(10.711)	(32.853)	(17.791)	(34.677)
Outras deduções	<u>(383)</u>	<u>(655)</u>	<u>1.039</u>	<u>(82)</u>
Receita líquida	<u>945.794</u>	<u>1.850.854</u>	<u>795.371</u>	<u>1.533.492</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**Estão representados por

Despesas:	<u>Controladora</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Com Pessoal	2.840	(425)	(556)	(2.813)
Serviços de terceiros	157	(402)	(734)	(1.434)
Depreciação / amortização	(464)	(1.025)	(303)	(616)
Seguros / garantias	-	(1)	(9)	(28)
Consumo	239	(60)	(86)	(245)
Transportes	41	(96)	(273)	(355)
Outros	<u>1.442</u>	<u>(863)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>(2.673)</u>
Total	<u>4.255</u>	<u>(2.872)</u>	<u>(3.078)</u>	<u>(8.164)</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Sociedade adotou em 2014 um novo critério de rateio dos custos imputáveis a todas as empresas do Grupo. Este critério ajusta os percentuais rateados de custos que são distribuídos em base à receita das empresas do Grupo. Esta mudança não altera o resultado operacional consolidado.

Custos:	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Custo de construção	(407.619)	(785.310)	(297.818)	(524.624)
Com Pessoal	(35.401)	(68.541)	(34.802)	(65.804)
Serviços de terceiros	(43.169)	(85.302)	(39.029)	(76.053)
Depreciação / amortização	(76.877)	(150.841)	(64.474)	(126.347)
Custos com poder concedente	(5.436)	(10.753)	(9.965)	(19.288)
Seguros / garantias	(5.224)	(11.275)	(4.086)	(9.512)
Conservação	(25.526)	(51.986)	(24.571)	(48.308)
Provisão de manutenção em rodovias	(37.010)	(75.503)	(54.868)	(103.762)
Taxa fiscalização	(9.707)	(19.320)	(9.184)	(18.281)
Outros	<u>(35.542)</u>	<u>(39.303)</u>	<u>12.824</u>	<u>(15.278)</u>
Total	<u>(681.511)</u>	<u>(1.298.134)</u>	<u>(525.973)</u>	<u>(1.007.257)</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Despesas:				
Com Pessoal	(14.179)	(37.686)	(19.294)	(37.617)
Serviços de terceiros	(7.170)	(15.049)	(8.978)	(17.750)
Depreciação / amortização	(3.890)	(7.699)	(3.678)	(7.419)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(7.817)	(8.889)	(1.114)	(2.283)
Seguros / garantias	(435)	(849)	(402)	(789)
Outros	(8.370)	(21.209)	(8.793)	(20.120)
Total	<u>(41.861)</u>	<u>(91.381)</u>	<u>(42.259)</u>	<u>(85.978)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	30.945	57.003	12.951	23.349
Aplicações financeiras	1.673	3.791	885	1.228
Outras receitas	<u>3</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total receitas	<u>32.621</u>	<u>60.821</u>	<u>13.836</u>	<u>24.577</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(32.555)	(57.028)	(16.122)	(27.598)
Outras despesas	<u>(5.423)</u>	<u>(11.654)</u>	<u>(3.421)</u>	<u>(5.449)</u>
Total despesas	<u>(37.978)</u>	<u>(68.682)</u>	<u>(19.543)</u>	<u>(33.047)</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	778	1.192	203	417
Aplicações financeiras	29.064	52.538	9.870	22.218
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(2)	-	-	-
Outras receitas	<u>155</u>	<u>308</u>	<u>180</u>	<u>243</u>
Total receitas	<u>29.995</u>	<u>54.038</u>	<u>10.253</u>	<u>22.878</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(91.857)	(171.003)	(57.605)	(119.277)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(4.508)	(13.478)	(5.896)	(12.184)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(7.257)	(16.719)	(3.453)	(12.773)
Outras despesas	<u>(8.536)</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(7.875)</u>	<u>(13.507)</u>
Total despesas	<u>(112.158)</u>	<u>(219.947)</u>	<u>(74.829)</u>	<u>(157.741)</u>

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u> <u>e</u>	<u>Semestre</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Integralização de capital	101.405	101.405	92.447	92.447

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	9.609	35.507	(8.793)	9.322
Integralização de capital	-	16.870	18.569	18.569
Juros capitalizados	15.594	28.350	8.499	15.790

Notas Explicativas**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 são como segue:

	<u>Controladora</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.727	189.222	103.350	192.494
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(30.847)	(64.335)	(35.139)	(65.448)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	30.785	67.050	39.121	71.346
Juros sobre o capital próprio recebidos	(1.203)	(3.438)	(2.142)	(4.163)
Outros ajustes	<u>124</u>	<u>(418)</u>	<u>(1.840)</u>	<u>(1.735)</u>
Despesa contabilizada	<u>(1.141)</u>	<u>(1.141)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	<u>(1.141)</u>	<u>(1.141)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	136.735	291.557	158.066	300.990
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(46.490)	(99.129)	(53.742)	(102.337)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	<u>1.705</u>	<u>380</u>	<u>2.608</u>	<u>1.003</u>
Despesa contabilizada	<u>(44.785)</u>	<u>(98.749)</u>	<u>(51.134)</u>	<u>(101.334)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(56.669)	(113.285)	(53.325)	(101.811)
Diferidos	11.884	14.536	2.191	477

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória – MP 627 convertida em Lei nº 12.937 em 13 de maio de 2014 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória – RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei para o exercício de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	Controladora			
	30.06.2014		30.06.2013	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	89.586	188.081	103.350	192.494
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação	<u>0,2601</u>	<u>0,5460</u>	<u>0,3000</u>	<u>0,5589</u>

	Consolidado			
	30.06.2014		30.06.2013	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	91.950	192.808	106.932	199.656
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação	<u>0,2670</u>	<u>0,5598</u>	<u>0,3104</u>	<u>0,5796</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	17.906	185.442	1.105.266	929.911
Partes relacionadas	1.189.972	848.053	-	-
Contas a receber	-	-	126.125	126.709
Aplicações vinculadas	-	-	135.369	110.987
Outras contas a receber	978	2.826	7.652	5.691

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Passivos				
Fornecedores e cauções contratuais	705	1.071	204.618	167.252
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.606.550	2.291.979
Debêntures	216.665	205.022	2.300.105	1.832.749
Partes relacionadas	1.139.356	889.252	-	-
Credores pela concessão	-	-	265.816	286.839
Outras contas a pagar	5.320	4.347	14.983	9.833

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a incorrer(*)	(196.661)	(239.376)	(148.702)	(281.330)
Receita de aplicações financeiras	118.810	148.487	89.134	178.163
 TJLP	 5,00%	 6,25%	 3,75%	 7,50%
Juros A incorrer(*)	(165.219)	(197.181)	(133.277)	(228.940)
 IPCA	 7,03%	 8,79%	 10,55%	 5,27%
Juros a Incorrer(*)	<u>(51.233)</u>	<u>(56.600)</u>	<u>(42.547)</u>	<u>(68.102)</u>
 Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(294.303)</u>	<u>(344.670)</u>	<u>(235.392)</u>	<u>(400.209)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2014, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. R\$118.888, além de valores a receber das empresas Dbtrans de R\$1.838, Conectar de R\$240, e Autoexpresso de R\$131 (R\$326, R\$249 e R\$5 em 31 de dezembro de 2013, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidad e	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
BNDES	12,29	53.018	403.604	527.379	492.077	288.062	1.764.140
BNDES Automático	7,78	164.077	248.247	287.797	298.407	2.272.238	3.270.766
Finame	8,36	2.152	3.287	141	-	-	5.580
Outorga	6,40	3.947	17.255	73.918	83.675	91.283	270.078
Leasing	11,63	1.304	1.455	137	-	-	2.896
Volks	12,62	6	-	-	-	-	6
Capital de giro	12,60	-	11.586	21.547	-	-	33.133
Debêntures (IPCA)	12,98	-	76.766	185.578	160.574	39.014	461.932
Total		<u>224.504</u>	<u>762.200</u>	<u>1.096.497</u>	<u>1.034.733</u>	<u>2.690.597</u>	<u>5.808.531</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de

Notas Explicativas

informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

a) Demonstração do resultado por segmento

	<u>30.06.2014</u>				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
Receita líquida do segmento	1.850.854	246.544	2.097.398	(246.544)	1.850.854
Custos	(1.308.233)	(235.437)	(1.543.670)	245.536	(1.298.134)
Lucro bruto	542.621	11.107	553.728	(1.008)	552.720
Despesas gerais e administrativas	(95.597)	(15.852)	(111.449)	8.677	(102.772)
Outras (despesas) receitas operacionais	474	304	778	6.496	7.274
Receitas financeiras	101.517	1.216	102.733	(48.695)	54.038
Despesas financeiras	(259.433)	(1.090)	(260.523)	40.576	(219.947)
Variação cambial líquida	-	-	-	244	244
Lucro operacional antes dos impostos	289.582	(4.315)	285.267	6.290	291.557
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(110.103)	(2.041)	(112.144)	(1.141)	(113.285)
Diferidos	13.601	3.368	16.969	(2.433)	14.536
Lucro do período	193.080	(2.988)	190.092	2.716	192.808

	<u>30.06.2013</u>				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
Receita líquida do segmento	1.533.570	234.405	1.767.975	(234.483)	1.533.492
Custos	<u>(1.032.065)</u>	<u>(216.833)</u>	<u>(1.248.898)</u>	<u>241.641</u>	<u>(1.007.257)</u>
Lucro bruto	<u>501.505</u>	<u>17.572</u>	<u>519.077</u>	<u>7.158</u>	<u>526.235</u>
Despesas gerais e administrativas	(72.236)	(10.375)	(82.611)	(14.247)	(96.858)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.830	(719)	1.111	5.370	6.481
Receitas financeiras	48.112	718	48.830	(25.952)	22.878
Despesas financeiras	(174.451)	(778)	(175.229)	17.488	(157.741)
Variação cambial líquida	-	-	-	(5)	(5)
Lucro operacional antes dos impostos	<u>304.760</u>	<u>6.418</u>	<u>311.178</u>	<u>(10.188)</u>	<u>300.990</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(100.079)	(1.732)	(101.811)	-	(101.811)
Diferidos	305	172	477	-	477
Lucro do período	<u>204.986</u>	<u>4.858</u>	<u>209.844</u>	<u>(10.188)</u>	<u>199.656</u>

Notas Explicativas**b) Balanços por segmento**

	30.06.2014				
Ativos	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	Eliminações e "holding"	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.053.111	34.249	1.087.360	17.906	1.105.266
Contas a receber	125.214	911	126.125	-	126.125
Aplicações financeiras vinculadas	61.148	-	61.148	-	61.148
Contas a receber partes relacionadas	82.329	-	82.329	(82.329)	-
Outros circulantes	<u>40.535</u>	<u>62.340</u>	<u>102.875</u>	<u>(35.359)</u>	<u>67.516</u>
Total circulantes	<u>1.362.337</u>	<u>97.500</u>	<u>1.459.837</u>	<u>(99.782)</u>	<u>1.360.055</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	74.221	-	74.221	-	74.221
Contas a receber partes relacionadas	1.057.034	-	1.057.034	(1.057.034)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	157.984	7.926	165.910	22.622	188.532
Outros não circulantes	42.202	377	42.579	6.100	48.679
Imobilizado	14.273	28.819	43.092	9.050	52.142
Intangível	6.558.850	6.970	6.565.820	4.819	6.570.639
Diferido	<u>66.532</u>	<u>-</u>	<u>66.532</u>	<u>(66.532)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	<u>7.971.096</u>	<u>44.092</u>	<u>8.015.188</u>	<u>(1.080.975)</u>	<u>6.934.213</u>
Total dos ativos	<u>9.333.433</u>	<u>141.592</u>	<u>9.475.025</u>	<u>(1.180.757)</u>	<u>8.294.268</u>
30.06.2014					
Passivos	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	Eliminações e "holding"	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	138.643	10.843	149.486	27.292	176.778
Debêntures	335.433	-	335.433	-	335.433
Fornecedores	129.002	21.132	150.134	638	150.772
Obrigações sociais e fiscais	108.138	31.151	139.289	13.567	152.856
Credores pela concessão	73.748	-	73.748	-	73.748
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Sinistros recebidos	39.266	-	39.266	(5.815)	33.451
Provisão manutenção / investimentos	179.713	-	179.713	-	179.713
Outros circulantes	<u>217.186</u>	<u>9.539</u>	<u>226.725</u>	<u>(154.717)</u>	<u>72.008</u>
Total circulantes	<u>1.221.129</u>	<u>72.665</u>	<u>1.293.794</u>	<u>(119.035)</u>	<u>1.174.759</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.564.775	11.898	2.576.673	(146.901)	2.429.772
Debêntures	1.748.223	-	1.748.223	216.449	1.964.672
Credores pela concessão	192.068	-	192.068	-	192.068
Provisão manutenção/investimento	460.270	-	460.270	-	460.270
Outros não circulantes	<u>1.052.564</u>	<u>4.320</u>	<u>1.056.884</u>	<u>(955.133)</u>	<u>101.751</u>
Total não circulantes	<u>6.017.900</u>	<u>16.218</u>	<u>6.034.118</u>	<u>(885.585)</u>	<u>5.148.533</u>
Patrimônio Líquido	2.094.404	52.709	2.147.113	(176.137)	1.970.976
Total dos passivos	<u>9.333.433</u>	<u>141.592</u>	<u>9.475.025</u>	<u>(1.180.757)</u>	<u>8.294.268</u>

Notas Explicativas

			31.12.2013		
Ativos	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	708.395	36.074	744.469	185.442	929.911
Contas a receber	125.981	728	126.709	-	126.709
Aplicações financeiras vinculadas	47.383	-	47.383	-	47.383
Contas a receber partes relacionadas	60.682	-	60.682	(60.682)	-
Outros circulantes	33.044	79.073	112.117	(54.662)	57.455
Total circulantes	975.485	115.875	1.091.360	70.098	1.161.458
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	63.604	-	63.604	-	63.604
Contas a receber partes relacionadas	828.577	-	828.577	(828.577)	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	142.495	4.558	147.053	25.055	172.108
Outros não circulantes	15.565	268	15.833	6.162	21.995
Imobilizado	19.298	21.984	41.282	5.095	46.377
Intangível	5.894.424	7.386	5.902.810	659	5.903.469
Diferido	84.424	-	84.424	(84.424)	-
Total não circulantes	<u>7.049.387</u>	<u>34.196</u>	<u>7.083.583</u>	<u>(876.030)</u>	<u>6.207.553</u>
Total dos ativos	<u>8.024.872</u>	<u>150.071</u>	<u>8.174.943</u>	<u>(805.932)</u>	<u>7.369.011</u>
			31.12.2013		
Passivos	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	136.872	6.008	142.880	109	142.989
Debêntures	145.511	-	145.511	(18)	145.493
Fornecedores	99.345	21.764	121.109	1.006	122.115
Obrigações sociais e fiscais	113.322	35.017	148.339	14.239	162.578
Credores pela concessão	70.299	-	70.299	-	70.299
Dividendos Propostos	14.632	-	14.632	7.551	22.183
Provisão Manutenção / Investimentos	139.532	-	139.532	-	139.532
Sinistros recebidos	-	-	-	40.152	40.152
Outros circulantes	<u>208.327</u>	<u>15.738</u>	<u>224.065</u>	<u>(168.915)</u>	<u>55.150</u>
Total circulantes	927.840	78.527	1.006.367	(105.876)	900.491
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.283.329	4.578	2.287.907	(138.917)	2.148.990
Debêntures	1.482.450	-	1.482.450	204.806	1.687.256
Credores pela concessão	216.540	-	216.540	-	216.540
Provisão manutenção/investimento	444.546	-	444.546	-	444.546
Outros não circulantes	<u>734.311</u>	<u>4.228</u>	<u>738.539</u>	<u>(646.924)</u>	<u>91.615</u>
Total não circulantes	5.161.176	8.806	5.169.982	(581.035)	4.588.947
Patrimônio líquido	<u>1.935.856</u>	<u>62.738</u>	<u>1.998.594</u>	<u>(119.021)</u>	<u>1.879.573</u>
Total dos passivos	<u>8.024.872</u>	<u>150.071</u>	<u>8.174.943</u>	<u>(805.932)</u>	<u>7.369.011</u>

26. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias

Notas Explicativas

mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2014, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	160.000	160.000	160.000	160.000
	Responsabilidade civil	35.000	37.000	35.000	37.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	106.707	122.025	149.388	122.292

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização – federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	160.000
	Responsabilidade civil	32.000	40.000	40.000	40.000	32.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025	70.194	131.061	132.205	122.025

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$57.500.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Arteris S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 124504/O-9 Contador CRC 1SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas das ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 2º trimestre de 2014.

São Paulo, 06 de agosto de 2014.

Luiz Fernando Parente

Conselheiro Fiscal

Domingos Aparecido Maia

Conselheiro Fiscal

Isacson Casiuch

Conselheiro Fiscal

Frederico Tardin Vita

Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de junho de 2014.

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerro Plasencia

Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain

Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes, relativos ao período findo em 30 de junho de 2014.

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain

Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor